

EDUCAÇÃO

Somente três estados e 44 municípios adequaram seus sistemas de ensino ao PNE

AMBIENTE

Ativistas impedem aprovação de eucalipto transgênico na Comissão de Biossegurança

EXTRA

ANO 20, NÚMERO 192, ABRIL DE 2015

CLASSE

Verissimo – Weissheimer – Fraga – Marcos Rolim – Santiago – Edgar Vasques – Canini

De volta aos trilhos

Um século depois de optar pelo modal rodoviário e privatizar uma das maiores malhas ferroviárias da América Latina, o país ensaia a retomada do transporte por estradas de ferro

Foto: ALL/Divulgação



ENTREVISTA

“Faltou dialogar com as lideranças sindicais, empresariais e dos movimentos sociais”. Para o professor de Economia da Unicamp, Luiz Gonzaga Belluzzo, o país está vivendo uma convergência de crises decorrente da falta de habilidade do governo para a negociação.



Foto: Antônio Scarpini/Associação Unicamp

Editorial

Trem fantasma

A recente greve de caminhoneiros que ameaçou o país com o desabastecimento, problema que chegou a atingir de fato alguns setores, provocou uma reflexão sobre a opção do país pelo modal rodoviário e o abandono dos trens como meio de escoamento da produção e transporte de passageiros. O resultado foi a privatização de uma das maiores malhas ferroviárias da América Latina e o sucateamento de equipamentos e da frota. O abandono dos trens e a realidade na qual o transporte virou refém da iniciativa privada do transporte rodoviário de cargas estão sintetizados na imagem de um vagão fantasma deteriorado junto à antiga Estação Augusto Pestana, perto do aeroporto Salgado Filho, no qual alguém pichou a palavra “insanidade”. É sobre os desdobramentos dessa realidade e uma possível retomada das estradas de ferro com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul que trata a reportagem de capa desta edição.

Destaque ainda para a avaliação de cientistas políticos e lideranças sobre as manifestações de março, especialmente o ato do dia 15, no qual emergiram bandeiras antidemocráticas como em tempos não muito distantes. Na luta contra os transgênicos, ativistas conseguiram impedir a votação pela CTNBio sobre a liberação de uma espécie de eucalipto com alto potencial de consumo de água, danos à saúde e até mesmo à produção de mel. Completam a edição a adequação de estados e municípios ao Plano Nacional de Educação, as notícias do ensino privado e as colunas e charges dos colaboradores do *Extra Classe*.

SANTIAGO



Cartas

Casa do Artista

Gostaria de agradecer o espaço dedicado pelo *Extra Classe* à Casa do Artista Riograndense, na edição de março, com a reportagem *Vida de artista na terceira idade*. Instituição sem fins lucrativos, fundada em 1949 para abrigar profissionais da arte com mais de 60 anos, que necessitam de moradia, a Casa sobrevive basicamente com a ajuda da comunidade. A propósito,

no dia 28 de março inauguramos o projeto *Varandão Cultural*, que visa uma maior integração da comunidade e fortalecer a luta para que esses moradores tenham mais qualidade de vida.

Luciano Fernandes

Presidente da Casa do Artista | Porto Alegre

EXTRA
CLASSE

Extra Classe é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 – CEP 90.040-000 – Bairro Farroupilha – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone 51. 4009.2900 – Fax 51. 4009.2917 | www.sinprors.org.br

www.extraclasse.org.br

REDAÇÃO – extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo, Grazieli Gotardo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Flavia Bemfica, Marcos Julio Fuhr, Maria Fernanda da Silva Viegas e Ulisses Nenê

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: D3 Comunicação

Fotos Colunistas: René Cabrales (arquivo EC)

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica, Ricardo Machado e Pedro Alice

Charge/Cartum: Canini, Edgar Vasques e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Rosane Costa
51. 4009.2962 / 9998.3598

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição:

23 mil exemplares

Telefones da Redação:

51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

MOVE
Grupo Orientado de Corrida e Caminhada

Se pra começar você precisava de um empurrãozinho, agora basta um clic.

Acesse sinprors.org.br/move e saiba como participar. Exercícios ao ar livre e mais qualidade de vida para os professores associados e seus dependentes. E tudo isso em boa companhia.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

PALAVRA DE PROFESSOR

A escola como espaço cultural

Maria Fernanda da Silva Viegas*

A escola desejada e difundida na academia contemporânea, aquela que se opõe à educação tradicional tão criticada, se efetivará quando nos aproximarmos da cultura, à medida que nos distanciarmos do conteudismo. Portanto, é importante mobilizar recursos humanos e materiais destinados a transformar a escola em um centro cultural.

Uma menina de cinco anos sai da escola todas as tardes cantando: “livre estooou, livre estooou”. Dois adolescentes produzem uma campanha publicitária em que a imagem é os alunos sentados, chorando, e o professor, gritando em frente à turma. Diversos professores reclamam de seus alunos, dos desgostos de sua profissão, desencorajando qualquer um que queira ser professor. Esse cenário de infelicidade tem sido visto por mim em escolas públicas e privadas.

No entanto, convido os colegas a notar quão diferente é a postura de nossos alunos em aulas especiais, sejam elas especiais pelo uso de diferentes espaços, como laboratórios, biblioteca, pátio, museus; pelo uso de diferentes recursos materiais, a exemplo de música, filme, livros, teatro, revistas ou ainda pela presença de visitantes na escola.

Acredito que essa diferença de postura se dá pela descentralização da figura de autoridade do professor, o que gera um sentimento de liberdade, bem como o distanciamento da simulação intrínseca à sala de aula convencional. Os alunos e professores são mais felizes inseridos em atividades culturais. Só através da inserção cultural é que o conhecimento nos toca subjetivamente. Então, deixemos de lado o apego ao conteúdo e à figura do professor, e transformemos, sem medo, a sala de aula em um espaço de compartilhamento de saberes através de atividades culturais.

* Professora de Português da Escola Fundamental La Salle Esmeralda, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Eva Carminatti e da Escola de Ensino Médio Agrônomo Pedro Pereira.



VERISSIMO

“Olha o velhinho!”

Um fenômeno novo na realidade brasileira é o ódio político, o espírito golpista dos ricos contra os pobres. O pacto nacional popular articulado pelo PT desmoronou no governo Dilma e a burguesia voltou a se unificar. Economistas liberais começaram a pregar abertura comercial absoluta e a dizer que os empresários brasileiros são incompetentes e superprotegidos, quando a verdade é que tem uma desvantagem competitiva enorme. O país precisa de um novo pacto, reunindo empresários, trabalhadores e setores da baixa classe média contra os rentistas, o setor financeiro e interesses estrangeiros. Surgiu um fenômeno nunca visto antes no Brasil, um ódio coletivo da classe alta, dos ricos, a um partido e a um presidente. Não é preocupação ou medo.

É ódio. Decorre do fato de se ter, pela primeira vez, um governo de centro-esquerda que se conservou de esquerda, que fez compromissos, mas não se entregou. Continuou defendendo os pobres contra os ricos. O governo revelou uma preferência forte e clara pelos trabalhadores e pelos pobres. Não deu à classe rica, aos rentistas. Nos dois últimos anos da Dilma, a luta de classes voltou com força. Não por parte dos trabalhadores, mas por parte da burguesia insatisfeita. Dilma chamou o Joaquim Levy por uma questão de sobrevivência. Ela tinha perdido o apoio na sociedade, formada por quem tem o poder. A divisão que ocorreu nos dois últimos anos foi violenta. Quando os liberais e os ricos perderam a eleição, não aceitaram isso e, antidemocraticamente, continuaram de armas em punho. E, de repente, voltávamos ao udenismo e ao golpismo.

Nada do que está escrito no parágrafo aí em cima foi dito por um petista renitente ou por um radical de esquerda. São trechos de uma entrevista dada à *Folha de S. Paulo* pelo economista Luiz

Carlos Bresser Pereira, que, a não ser que tenha levado uma vida secreta todos esses anos, não é exatamente um carbonário. Para quem não se lembra, Bresser Pereira foi ministro do Sarney e do Fernando Henrique. A entrevista à *Folha* foi dada por ocasião do lançamento do seu novo livro *A Construção Política do Brasil*, e suas opiniões, mesmo partindo de um tucano, não chegam a surpreender: ele foi sempre um desenvolvimentista nacionalista neokeyniano. Mas confesso que até eu, que, como o Antônio Prata, sou meio intelectual, meio de esquerda, me senti, lendo o que ele disse sobre a luta de classes mal-abafada que se trava no Brasil e o ódio ao PT que impele o golpismo, um pouco como se visse meu avô dançando seminu no meio do salão – um misto de choque (“Olha o velhinho!”) e de terna admiração. Às vezes, as melhores definições de onde nós estamos e do que está nos acontecendo vêm de onde menos se espera.

Outro trecho da entrevista: “Os brasileiros se revelam incapazes de formular uma visão de desenvolvimento crítica do imperialismo, crítica do processo de entrega de boa parte do nosso excedente a estrangeiros. Tudo vai para o consumo. É o paraíso da não nação”.



Os artigos para a seção Palavra de Professor devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com no máximo 1.800 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinpro.rs.org.br.

Escritório de Advocacia

Antônio Vicente Martins Advogados Associados

Avenida Borges de Medeiros, 2105 sala 910 | Praia de Belas | Porto Alegre | RS | Telefone 51 3061.4880
* conveniado Sinpro/RS



Foto: Antônio Scarpinetti/Ascom Unicamp



Para o professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, Luiz Gonzaga Belluzzo, o país vive uma convergência de crises, política e econômica, decorrente da falta de habilidade do governo para negociar. “Faltou ao governo paciência e capacidade para chamar as lideranças sindicais, empresariais e dos movimentos sociais e conversar”. Formado em Direito e Ciências Sociais pela USP e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Cepal, atuou como secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo. Fundador da Faculdade Federal de Campinas, leciona Teoria Monetária e Financeira na pós-graduação da Unicamp. Em 2001 foi incluído no *Biographical Dictionary of Dissenting Economists* entre os cem maiores economistas heterodoxos do século 20. Em 2005 recebeu o *Prêmio Intelectual do Ano* da União Brasileira de Escritores (UBE), pelo livro *Ensaio Sobre o Capitalismo no Século XX*. Belluzzo, que está escrevendo um livro sobre o teórico inglês John Keynes, considera a saída do ajuste fiscal uma banalidade: “esse *ethos* tecnocrático não funciona em uma sociedade tão complexa quanto a nossa”. E avalia que em todos os momentos críticos do país costumam emergir o ódio de classe e os valores dos muito ricos e da mídia.

► Por Flavia Bemfica

extraclasse@sinprors.org.br

O ajuste fiscal é uma banalidade

Extra Classe – O país vive uma crise política e, na economia, enfrenta dificuldades que alguns também já apontam como crise econômica. Qual a relação entre as duas?

Luiz Gonzaga Belluzzo – As duas crises, digamos, infelizmente convergiram, e isto engendra um processo de retroalimentação. Ele está provocando uma reação muito clara dos mercados, expressa nos movimentos da taxa de juros, na curva de juros, que, por sua vez, reflete nas expectativas dos detentores de riqueza. E no câmbio, que tem uma relação umbilical com os juros. Isto está mostrando que a crise política neste momento, com os reflexos do que está acontecendo com a Petrobras e adjacências, mais a questão do Congresso, a lista do Janot (relação de políticos suspeitos de envolvimento no esquema de desvio de recursos da Petrobras, divulgada no dia 6 de março pelo pro-

curador-geral da República, Rodrigo Janot), está afetando gravemente as expectativas e dificultando a compreensão de quais são as medidas que podem ser de fato tomadas.

EC – O que determinou as escolhas feitas pela presidente?

Belluzzo – Para compreender, temos que voltar um pouco: a presidente, na campanha eleitoral, se comprometeu com uma série de posições – nem foram de políticas, foram de posições – em relação a questões que estavam sendo levantadas pelos mercados e por seus porta-vozes na mídia, que haviam criado um clima de terror, de catástrofe. A catástrofe, contudo, não existia. Há dificuldades na área fiscal, mas nada parecido com uma catástrofe, ou um descontrole absoluto. Lá atrás tudo isso foi exagerado e aumentado. E acabou determinando um pouco

as escolhas da presidente não em relação a pessoas, mas em relação às políticas que essas pessoas representam. Então, a presidente fez uma reviravolta, uma parte dos seus eleitores se sentiu lograda e isso também lhe retirou base de sustentação política.

EC – No contexto atual, o eleitor que está se sentindo logrado não corre o risco de ser ‘engolido’ por setores que defendem justamente o contrário do que ele quer?

Belluzzo – O que estamos assistindo agora são movimentações de um lado e de outro. Um lado é composto por aqueles que não se sentiram correspondidos em seu voto e fazem movimentos de tentativas de redefinir ou reconfigurar as propostas de ajustamento do governo sem que isso recaia exclusivamente sobre os de sempre. Já no caso dessas facções mais conservadoras, elas inva-

diram a perigosa área da ilegalidade, querendo de qualquer maneira apelar a presidente do poder. É necessário distinguir uma coisa da outra. Os que estão protestando contra as medidas e propondo mudanças não são os mesmos que estão querendo o *impeachment*.

EC – O clamor por mudanças atingiu um ponto no qual reivindicações totalmente opostas acabam se confundindo?

Belluzzo – É exatamente isso. Houve uma convergência e isso faz com que a situação do governo fique muito delicada. Até a situação no sentido de negociação com o Congresso. Ainda que eu não creia que o Congresso vá ser um obstáculo para uma reforma fiscal que faça sentido, e que não penalize tanto os mais frágeis. Pode ser que nessa negociação se chegue a um resultado melhor do que aquele que está sendo proposto. Como a presidente foi colocada contra a parede, está na verdade fazendo a política que seus adversários diziam que iam fazer. Diante do clamor dos mercados financeiros, que apontavam a existência de uma catástrofe fiscal que não é verdadeira, ela trouxe para dentro da crise um outro componente: a resistência daqueles que vão ser afetados pelas medidas, o que é natural. O que estou dizendo é que a presidente e o Partido dos Trabalhadores deviam ter percebido, até porque eles têm vida e experiência, que era necessário fazer antes uma conversa e uma negociação com suas bases sociais. Para saber quais os limites e possibilidades. Seria muito mais tranquilo. E menos traumático. Além disso, a mudança de propósitos da presidente trouxe à luz o ódio conservador, que é um ódio de classe mesmo, como disse o Bresser (Pereira). Se você for cavocar as alegações, é isso. Eu já vi tantas vezes essa história de corrupção etc. A partir daí ficou explicitado esse ódio de classe, ele é muito claro. Se arranhar um pouquinho o que está por trás de uma parte das reivindicações, tem isso.

EC – Não há mais do que ódio de classe?

Belluzzo – Na verdade isso é uma coisa fascistoide, não tem outro nome. Por quê? Porque considera que não são válidos e nem verdadeiros os mecanismos de mediação da democracia. Na verdade, uma minoria quer impor seus objetivos à maioria, sem mediação. E daí a desvalorização da política. E isso tudo vem sendo ajudado pelo clamor contra a corrupção.

EC – Somos na verdade uma sociedade autoritária?

Belluzzo – Em todos os momentos críticos do Brasil, nos últimos 50 anos pelo menos, isso vem à tona assim. O autoritarismo está ali sempre latente. Mudam os personagens, mas o processo é o mesmo. E na verdade não só o processo é o mesmo como os protagonistas sociais também: é a mídia, a classe média. Nem são os muito ricos. Na verdade são os que adquirem os valores dos muito ricos. Isso é um fascismo. É o que a Hannah Arendt chamava de

‘ralé’. É a ralé. Culturalmente deformada, que não lê um livro desde Pedro Álvares Cabral. Informam-se mal ou bem pela mídia eletrônica e, agora, pelas redes sociais, sem atentar muito para a qualidade da informação. É raso. As universidades também contribuíram para isso, porque levaram a especialização ao limite. Há pouco eu conversava com um amigo que dá aulas na USP. Não se ensina mais história e sociologia nas faculdades de economia e muito menos nas engenharias. Então as pessoas saem de lá formadas, especializadas. Mas são uns idiotas fundamentais, como dizia o Nelson Rodrigues. Uma parte da sociedade brasileira virou essa coisa. E a outra está procurando ter acesso. Está lutando para ter acesso à informação e à cultura.

EC – Este processo de radicalização evoluiu muito rapidamente. Por quê?

Belluzzo – Porque não podemos separar esse processo da dinâmica ou da forma de operação e de compreensão de uma sociedade de massas. Uma sociedade de massas pobre, e cada vez mais empobrecida culturalmente.

"Faltou ao governo paciência e capacidade para chamar as lideranças sindicais, empresariais e dos movimentos sociais e conversar. (...) A presidente e o PT deviam ter percebido que era necessário fazer antes uma negociação com suas bases sociais"

EC – Como o senhor mesmo referiu, o governo optou abertamente por conduzir a economia com um receituário mais ortodoxo, ‘conservador’, mas o apetite para o embate por parte da fatia conservadora da sociedade, econômica ou socialmente, ao invés de diminuir, aumentou...

Belluzzo – Porque é uma ilusão. O fato é que faltou ao governo, e é espantoso que isso tenha acontecido em um governo do PT, compreender que ele não poderia fazer isso sem ter a prévia formação de acordos e negociações com a base social dele, os movimentos sociais, os sindicatos, e mesmo os empresários. Se você conversar com empresários, e eu conheço muitos deles, vão repetir esta banalidade de que é necessário fazer o ajuste agora. Porém, uma parte deles já começa a resistir ao ajuste fiscal. Por quê? Porque na hora em que o ajuste ocorre e começa a cutucar os interesses

dele ou a posição dele (empresário), aí ele sente que não é bem assim. Faltou ao governo paciência e capacidade para chamar as lideranças sindicais, empresariais e dos movimentos sociais e conversar. Veja: estamos em um momento em que o exagero ocorre não apenas de um lado. Por exemplo: você instigar o pessoal do Minha Casa, Minha Vida a não pagar a prestação. Ou a não pagar a passagem de ônibus. Bom, precisa saber então como é que vai se financiar isso, porque existem restrições. O problema aqui é que a sensação de injustiça é tão flagrante que quem paga o que para quem não está claro. Há um ditado nordestino que diz o seguinte: “O lombo é sempre o mesmo, o chicote é que vareia”. É um sábio ditado. Sempre são os mesmos que levam. E isso está ficando cada vez mais claro no ajuste. Houve uma incapacidade do governo de fazer essa negociação, de escutar, e de formar realmente um acordo social em que fique claro quem paga e quem recebe. O governo foi muito inábil. Agora os movimentos sociais e sindicatos estão se movendo para tentar reduzir um pouco o impacto das medidas que estão sendo tomadas sobre eles.

EC – É necessário ajustar o ajuste? O governo teria como fazer um conserto?

Belluzzo – Tem. Se o governo tiver capacidade política, flexibilidade política, e não insistir, por exemplo, neste corte do seguro-desemprego, ou nos cortes que está fazendo nas verbas de educação. É preciso saber como se regulam as coisas. Não dá para fazer assim de cima para baixo, de uma forma tecnocrática. Isso não vai funcionar. Então, não se trata de você dizer assim: ‘Bom, vamos agora fazer aqui uma proposta de um ajuste macroeconômico’. Não se trata disso. Trata-se de que agora você tem que fazer um apelo à política no sentido mais amplo, não no parlamentar, mas no sentido de atender aos pedidos da sociedade, que está fazendo política. Neste momento está todo mundo fazendo política.

EC – O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a quem o senhor se refere, tem esta flexibilidade.

Belluzzo – Não, ele não tem mesmo. Eu o conheço bem. Ele trabalha assim com um modelo, que é: “Se eu fizer tudo certo, vai dar tudo certo”. É certo de acordo com os critérios dele. Só que não tem gente nessa coisa, nesse modelo. Não tem gente que reage, não tem gente que resiste. É isso o que o governo conseguiu trazer. Há uma crise política de grande potencial instabilizador. O Joaquim Levy é um sujeito correto, mas não tem este talento (da negociação). Aliás, não é só ele, não é? Ali (no governo) juntou... O talento que a gente tinha antes, do ex-presidente Lula, que era o da negociação e da mediação, agora não tem. É um problema de estilos. E esse *ethos* tecnocrático não funciona em uma sociedade tão complexa quanto a nossa. Só funciona na cabeça de uma pessoa que acabou de sair da Faculdade de Economia da USP ou de outra faculdade qualquer e acha que tem a solução para tudo.

ENTREVISTA

EC – O senhor acredita que a instabilidade vai se manter?

Belluzzo – Sim, teremos problemas. Mas isso é resultado de um processo mais ou menos longo, que vem até do estilo de a presidente governar no primeiro mandato, quando foi cortando os nexos que devia ter com suas bases. Confundiu as coisas e não foi capaz de perceber que a presidência da República requer, sobretudo, uma sociedade democrática. Aqui não é como na China. É uma sociedade democrática. Então não é de cima para baixo que se faz, e nem achando que se tem a solução. Tem é que negociar e ouvir.

EC – O senhor vislumbra essa negociação em relação ao ajuste fiscal ou acredita que o governo vai insistir neste modelo mais ‘duro’, que o senhor classifica como tecnocrático?

Belluzzo – Pelas manifestações mais recentes da presidente estou achando que o governo vai tentar resistir às impugnações dos sindicatos e das empresas que se sentem prejudicados. Estão resistindo e teimando. Mas teremos que aguardar os resultados das movimentações nas ruas, das negociações no Congresso, e mesmo no Executivo. É certo que nada disso vai terminar amanhã ou ter assim uma solução rápida. O problema maior foi de origem, ou seja, aconteceu a convergência das duas crises. E essa convergência poderia ter sido perfeitamente evitada. Mas, agora, o momento já passou, não adianta mais.

EC – Na sua avaliação, o país deve continuar a passar por um período forte de tensionamento?

Belluzzo – Vai. O que eu espero é que a turbulência não provoque aquelas soluções que seriam trágicas para o Brasil. Eu acho o *impeachment* um desastre, porque é um golpe de Estado. A presidente foi eleita. Devemos ter respeito total ao voto, ao sufrágio universal, ao voto popular. É fato que está no DNA dessas classes alta e média brasileiras, ou dessa classe média alta brasileira, como eu disse no início, não reconhecer a existência dos outros, dos demais. Na verdade, eles gostariam de ser o que são sem a participação dos outros. Há uma dimensão



Foto: Kimi Tunkus/Escola da Cidade

"Em momentos críticos, nos últimos 50 anos pelo menos, o autoritarismo está latente. Mudam os personagens, mas o processo e os protagonistas sociais são os mesmos: a mídia, a classe média, os que adquirem os valores dos muito ricos"

social, que pode ser observada, que se repete, até pelo viés da dimensão regional. Vemos isso aqui em São Paulo, ou aí no Rio Grande do Sul. Aquela velha história de se separar do país. Como se isso não fosse um desastre irremediável. No Rio Grande do Sul há quem acredite que o estado viraria um Uruguai. Não conseguem enxergar as conexões que São Paulo, ou Rio Grande do Sul, ou qualquer outro estado possui com o Brasil. Que só existem porque há um espaço jurídico-político que permite a sua própria sobrevivência. Esta ideia de que São Paulo, sozinho, possui o produto interno bruto (PIB) não sei do quê. É primitiva. Porque São Paulo não é

sozinho, ele possui um conjunto de relações com o Brasil. É uma das coisas mais primitivas que existe, esse tipo de concepção.

EC – O senhor acredita que todo esse tensionamento possa se tornar grave a ponto de gerar um rompimento institucional?

Belluzzo – Eu espero que não. Isso atrasaria o Brasil pelo menos mais uns 20 anos. A sociedade brasileira, quando saiu da ditadura, estava na era paleozóica. O problema é que o Brasil saiu da ditadura, mas ela não saiu do Brasil, suas marcas estão aí até hoje.

EC •

extraclasse.org.br

jornalismo além da superfície

Tudo que você lê agora pode ser atualizado a qualquer instante.

Acesse o *Extraclasse on-line* e saiba mais e mais.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

EXTRAPAUTA

DIREITOS HUMANOS

Biopirataria

A pontado como mais uma interferência nos direitos coletivos, o Projeto de Lei da Biopirataria poderá passar no Congresso diante da pressão das bancadas de oposição e *lobby* de ruralistas. Já aprovado na Câmara, em 10 de fevereiro, o PLC 02/2015 deve entrar em votação em regime de urgência a qualquer momento no Senado. A medida legislativa visa privatizar o acesso e a exploração econômica da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras, bem como dos conhecimentos tradicionais associados, contra os direitos comuns de sociedades indígenas, comunidades tradicionais e os agricultores familiares.

AMEAÇA – A aprovação pelos deputados, com emendas ao substitutivo do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) do Projeto de Lei do Executivo (PL) 7.735/2014, ocorreu no contexto de um acordo do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para facilitar a aprovação de projetos de interesse dos ruralistas em troca do apoio à sua eleição. Lideranças dos movimentos sociais consideram a medida de estrito interesse de ruralistas e denunciaram que ela ameaça a biodiversidade nacional. Em uma Carta de Repúdio, organizações ambientalistas e de defesa das populações indígenas denunciaram que o PLC vem na sequência de uma série de medidas legislativas forçadas pelo Congresso e consideradas de extrema violência e contrárias aos direitos sociais e da natureza contidos na Constituição Federal de 1988.



Foto: Gustavo Lima/Câmara dos Deputados

Votação dos destaques do PL da Biodiversidade, no plenário da Câmara

JUSTIÇA

Feminicídio, crime hediondo

O assassinato motivado por razões de gênero, menosprezo ou discriminação contra mulheres agora é tipificado como crime hediondo. É o que determina a Lei do Feminicídio (nº 8.305/2014), sancionada no dia 9 de março pela presidente Dilma Rousseff. A ONU Mulheres Brasil elogiou a sanção presidencial. Para a representante da entidade, Nadine Gasman, a medida evidencia o “compromisso político afirmado pela presidente de tolerância zero à violência de gênero como uma demonstração de priorização e zelo aos direitos das cidadãs no sentido de empoderamento e igualdade”. Em nota, a ONU Mulheres lembrou que o feminicídio é o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres “num ciclo perverso de violências e torturas encerrado com a bárbara e degradante extirpação da identidade feminina”. O país foi escolhido como piloto para a adaptação do Modelo de Protocolo Latino-americano para Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero, formulado pela ONU Mulheres e pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU no contexto da campanha do secretário-geral das Nações Unidas. A iniciativa tem o apoio da Embaixada da Áustria e objetiva o fomento às adequações e apoio ao poder público para enfrentar a impunidade dos crimes feminicidas, possibilitando o acesso das mulheres brasileiras à justiça.

CENTRO

**CORRIDA E
CAMINHADA PELA
EDUCAÇÃO**

Um desafio muito além da linha de chegada.

**19 DE ABRIL (domingo)
9H
RÓTULA DAS CUIAS
Porto Alegre**

Inscrições:

- fecomercio-rs.org.br/corrídaeducacao
 - Doação de material escolar deverá ser entregue no dia e local do evento

Modalidades:

- Corrida e Caminhada 3km
 - Corrida 5km
 - Corrida 10km

Kit:

- Entrega no dia e local do evento, das 7h às 8h30.

Realização:

**Fecomércio RS**
Sesc | Senac

Apoio:

**Grupo de comunicação
RECORD**

Prazo para adequações ao PNE termina em junho

Apenas três estados e 44 municípios já adaptaram seus planos de Educação às diretrizes nacionais. PEE do RS aguarda votação na Assembleia Legislativa

► Por Edimar Blazina

edimar@sinprors.org.br

Em 2014, após tramitar por quatro anos no Senado, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE). O documento estabelece 20 metas para a educação nacional que deverão ser cumpridas em dez anos, e prevê o prazo de um ano, após a sanção presidencial, para que estados e municípios discutam e elaborem seus planos locais, fundamentais para a execução completa do PNE. Há três meses do encerramento do período determinado, no próximo dia 24 de junho, apenas os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão, de um total de 27, e 44 dos 5.570 municípios concluíram todas as etapas dos planos estaduais (PEEs) e municipais (PMEs).

Os dados são do Ministério da Educação (MEC) e foram divulgados recentemente na página na internet criada especialmente para o PNE. Para que todos possam cumprir os prazos, a entidade disponibilizou aos entes federados uma estrutura de assistência técnica para auxiliar na elaboração dos planos específicos, com instruções *on-line* e uma equipe de 297 técnicos, supervisores e coordenadores para atender todas as secretarias de Educação estaduais e municipais interessadas. Apesar do esforço, os números, até o momento, não são animadores.

São diferentes etapas que precisam ser cumpridas para que os PEEs e PMEs sejam aprovados. No primeiro passo, o governo estadual deve nomear uma comissão para coordenar o trabalho. A partir disso, um diagnóstico local é feito, dessa avaliação nasce um documento que servirá de base para a criação da lei, após ser submetido à consulta pública. Após ouvir a população, a Comissão elabora um projeto de lei que será encaminhado ao governo municipal que, por sua vez, submete ao poder Legislativo. Se aprovado, o processo é concluído com a sanção do plano pelo governador (PEE) ou prefeito (PME). O prazo é cada vez mais curto para que as etapas possam ser concluídas a tempo.

De acordo com o MEC, até o final de março os processos em fase de conclusão eram os de Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que encaminharam projetos de lei para votação nas Assembleias Legislativas. Distrito Federal e Roraima elaboraram os projetos; Acre, Tocantins, Rio de Janeiro e Pernambuco têm o documento-base elaborado; Amazonas, Pará, Amapá, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo e São Paulo concluíram o diagnóstico da realidade local. Os restantes apenas constituíram comissões coordenadoras.



Manifestação de professores e estudantes em reunião da Câmara que analisou destaques do PNE em 2014

No âmbito municipal, o quadro é ainda mais complexo: 2.906 municípios instituíram comissão coordenadora e 914 ainda nem iniciaram a elaboração ou adequação do plano; e seis sequer prestaram informações ao MEC. “Aqueles que ainda não começaram o processo, devem fazê-lo o quanto antes”, alerta Binho Marques, secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), do MEC. Ele explica que para concretizar-se como política de Estado, o PNE precisa estar vinculado aos planos de educação estaduais e municipais, além de servir de referência para a elaboração dos Planos Plurianuais nas diferentes esferas de gestão. “As metas são nacionais; portanto, todos têm compromisso com cada uma delas”, pontua Marques. Os planos devem conter diretrizes e metas a serem alcançadas até 2024, mesma vigência do Plano Nacional.

RIO GRANDE DO SUL – Apesar de ter sido encaminhado para apreciação na Assembleia Legislativa do RS (AL), o Plano Estadual de Educação foi arquivado, seguindo o andamento padrão de demandas enviadas à AL no período de recesso da Casa. “Estamos nas tratativas para que o governador José Ivo Sartori peça o desarquivamento para que o Plano possa ir à votação”, explica Iara Wortmann, coordenadora do PEE.

Embora o RS esteja entre os estados com processo adiantado, os municípios gaúchos não fogem à regra do atraso das demais municipalidades brasileiras. Dos 497 gaúchos, somente 11 têm o processo

concluído com a Lei Municipal sancionada, como Nova Bréscia, Barros Cassal e Santa Bárbara do Sul. Apenas Flores da Cunha tem a lei aprovada, e outros 147 municípios somente criaram a comissão coordenadora para a elaboração do PME, entre os quais Bagé, Santana do Livramento e Alegrete.

“Todo nosso esforço no momento é para que os municípios gaúchos consigam cumprir os prazos estabelecidos no PNE”, esclarece Iara. Em março, representantes da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) reuniram-se com o diretor de Cooperação e Planos de Educação da Sase, órgão responsável pela articulação nacional, Geraldo Grossi Junior, em Porto Alegre, para orientações à equipe que assessora os municípios. Ainda no empenho de cumprir o prazo, a Seduc terá um balcão de orientações aos gestores municipais, disponível no Fórum Estadual e promovido pela Secretaria ainda em março.

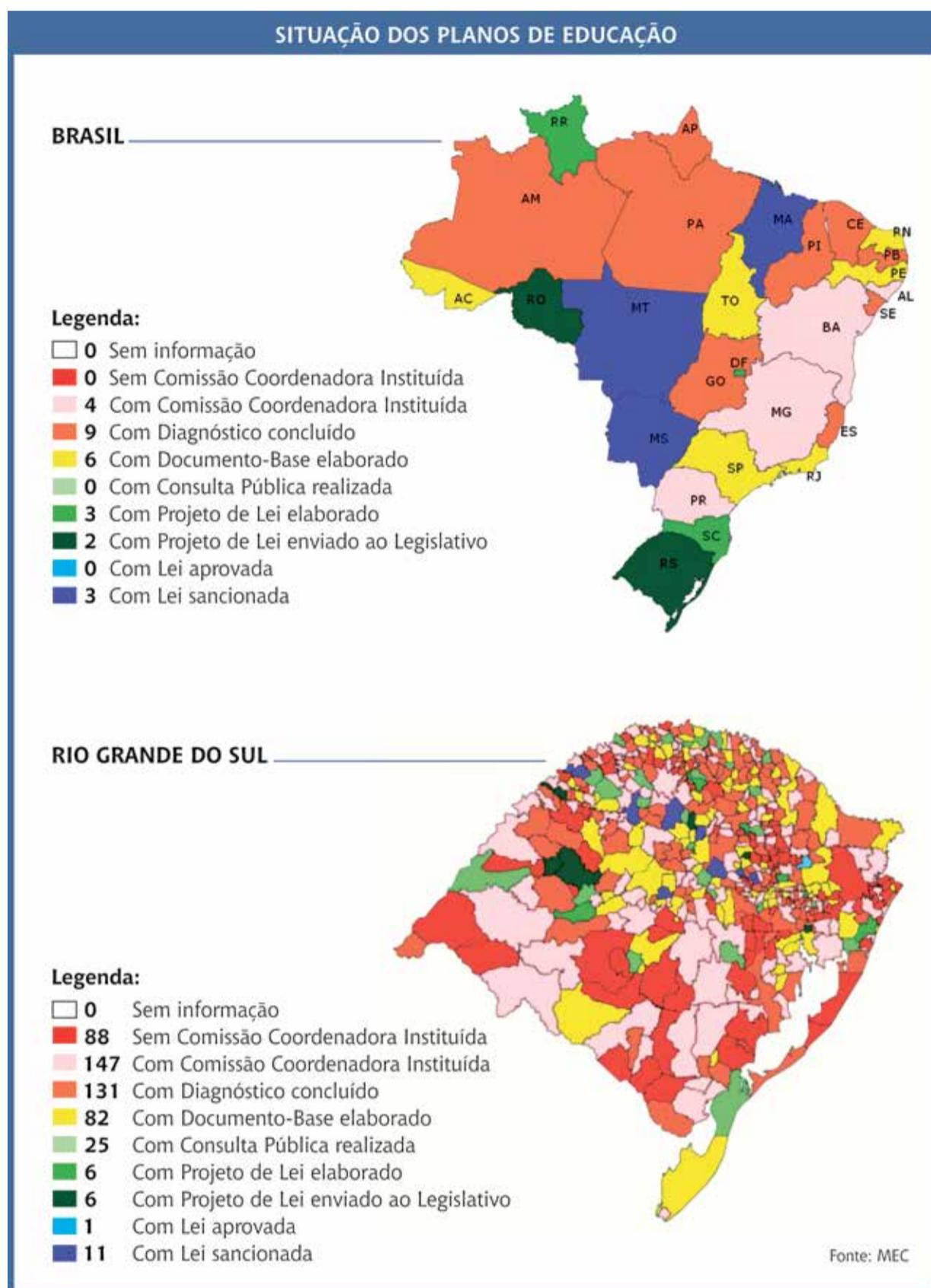
PORTO ALEGRE – Dentro do prazo, Porto Alegre pretende em abril encerrar as discussões do PME. O Plano vem sendo discutido desde 2013, quando foi criada uma comissão especial para tratar do assunto, reunindo representantes da Secretaria Municipal de Educação (Smed) e do Conselho Municipal de Educação. Em setembro do ano passado, foi lançado o texto-base do plano, que passou a receber emendas. Em novembro de 2014, um evento consultivo reuniu outras sugestões para o projeto, mas algumas entidades solicitaram mais tempo para apresentar propostas ao texto final.

Em março, a Smed concluiu o prazo para o envio de emendas ao documento original. O texto-base será apreciado no Pré-Congresso e, posteriormente, no *Congresso Municipal de Educação*, que acontecerá nos dias 10 e 11 de abril. Se aprovadas as sugestões enviadas em cada um dos eixos de discussão, o documento segue para consulta do Conselho Municipal de Educação e retorna ao Executivo, que fará encaminhamento para a Câmara Municipal de Porto Alegre.

PRAZO FINAL – A data de 24 de junho vem sendo trabalhada como a linha final, sem sinalização de ampliação para que todos os entes federados concluam os processos. “PNE é uma lei aprovada pelo Congresso Nacional que estabelece prazo para diversas ações. Não cabe ao MEC ampliação de qualquer prazo”, esclarece o secretário Marques. Assim, os estados e municípios precisam cumprir o prazo estipulado pela Lei do PNE para a aprovação de seus planos. Para o MEC, as metas nacionais são de responsabilidade de todas as esferas de governo e a lei é clara ao definir prazos para que os planos subnacionais sejam elaborados ou adequados ao PNE.

“É preciso muito cuidado para que os planos não sejam feitos de forma aligeirada ou não democrática. Uma premissa indispensável de trabalho é a legitimidade do plano. Planos construídos em gabinetes ou por consultores alheios à realidade local tendem ao fracasso”, pontua Marques. Para ele, somente um Plano de Educação legítimo pode contar com o apoio de todos para monitorar seus resultados e impulsionar a sua concretização, através da mobilização da sociedade ao longo dos seus dez anos de vigência. Não há sanção específica prevista na lei para o ente federativo que descumprir o prazo limite.

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) tem participado de diversos fóruns em todo o país para traçar o cenário nacional. A entidade informa que, até o momento, o processo “andou bem”, porém, concorda que será difícil a conclusão no prazo. De acordo com a presidente da Undime, Cleuza Rodrigues Repulho, ainda não houve pedido oficial para que o governo amplie o prazo final, mas a dirigente não descarta essa possibilidade.



O *know-how* da advocacia previdenciária aliado a 15 anos de experiência a serviço dos professores.

CIVIL – TRABALHISTA – PREVIDENCIÁRIO

Em Passo Fundo/RS:
Rua Paissandu, 1436/201 – Centro
54 3045 7457
www.ceruttisaltton.com.br

PROTESTOS

Antidemocracia não se sustenta

Manifestações ultraconservadoras que tentam imitar 1954, 1961 e 1964, que resultaram em tentativa e posterior golpe, não encontram eco nem mesmo na oposição que insufla a crise



Foto: Igor Sperotto

Dia de Lutas em defesa da Petrobras organizado pela CUT/RS no dia 12 de março reuniu 12 mil pessoas em Porto Alegre

► Por Gilson Camargo

gilson.camargo@sinprors.org.br

Antecipando-se às manifestações pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff agendadas para o domingo de 15 de março, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) organizaram na sexta-feira, 13, o *Ato Nacional em Defesa da Petrobras, dos Direitos e da Reforma Política*, que mobilizou 23 estados e o Distrito Federal. Também identificado como *Dia Nacional de Lutas*, o movimento no Rio Grande do Sul e no Tocantins foi antecipado para o dia 12 para agregar outras mobilizações como, no caso gaúcho, 4 mil pequenos agricultores acampados em Porto Alegre.

A pauta inicial de defesa da Petrobras e críticas ao ajuste fiscal anunciado pelo governo agregou a defesa da democracia e a reforma política. No RS, o movimento reuniu, de acordo com a CUT, mais de

12 mil pessoas e, em São Paulo, no dia 13, em torno de 100 mil manifestantes. Diante do Palácio Piratini, dirigente nacional do MST, João Pedro Stédile, encerrou o ato em Porto Alegre, lembrando a *Campanha da Legalidade*. “Em 1961, a burguesia brasileira quis dar um golpe e, nesta praça, Brizola iniciou a *Campanha da Legalidade* e garantiu a posse de Jango. Depois, em 64, eles conseguiram dar o golpe. Não aceitaremos um golpe. Então, se preparem, engraxem as chuteiras que o jogo está só começando. A luta de classes está se agudizando no Brasil”, advertiu.

ÓDIO – De fato, no domingo, 15, manifestações de ódio, como dois bonecos simbolizando Lula e Dilma Rousseff dependurados pelo pescoço em um viaduto em Jundiá, no interior paulista, onde a sede do PT foi incendiada, permearam os protestos da classe média, a maioria vestida com camisetas da Seleção Brasileira, pedindo a deposição da presi-

dente por *impeachment* ou intervenção militar. As manifestações tiveram ampla cobertura dos meios de comunicação, destaque para a Rede Globo, que mobilizou toda sua equipe de jornalismo país afora, enfatizando o caráter “pacífico”, “ordeiro” e “familiar” do “movimento”, associando-o à “defesa da democracia”. Desde as primeiras horas da manhã estabeleceu-se uma polêmica em torno do número de manifestantes nas ruas. Contrapondo estimativas da Polícia Militar com a contagem dos organizadores, as capitais e mais 125 cidades teriam mobilizado entre 877 mil e 1,7 milhão de pessoas, segundo a cobertura dos meios de comunicação, o que foi desmentido às 19h pela própria *Folha de S. Paulo* ao divulgar pesquisa do Datafolha: “Ato levou 210 mil à Paulista”, estampou o jornal. Um público bem inferior a outro evento reacionário, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que antecipou o golpe

militar de 1964. Também não faltaram manifestações de falta de memória, a julgar pelo comportamento antagônico de alguns “revoltosos” e conteúdo de certas mensagens pregando “democracia e volta do regime militar” numa só frase. De Che Guevara a Paulo Freire, não faltaram ícones da esquerda que tiveram seu pensamento grosseiramente distorcido para engrossar os protestos antiPT e antiDilma ou que foram hostilizados pelos descontentes.

SURREAL – “Dos aspectos surreais e insólitos das manifestações de domingo, o que mais me impressionou foi um grupo de verde e amarelo (eles viram nacionalistas nesses momentos) cantando ‘Para não dizer que não falei de flores’, do Geraldo Vandré. Neste momento me dei conta do que a manipulação, intencional ou não, pode fazer. Vandré foi um dos intelectuais mais perseguidos pela ditadura militar”, anotou em sua página de uma rede social o jornalista Celso Schröder, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. Para o sociólogo e cientista político Emir Sader, a direita está cansada de perder eleições, acena com golpe ou com *impeachment*, ou o golpe branco, como ocorreu em Honduras e no Paraguai em processos que estavam apenas começan-



Concentração em frente à Refap, em Canoas, deu início ao ato em defesa da Petrobras, no dia 12 de março

do e que não haviam se consolidado politicamente. “No Brasil e na Argentina, a direita tem uma longa tradição golpista. Ela se constituiu na oposição às maiores lideranças populares desses países no século 20 – Getúlio e Perón – e por isso têm fortes ranços

elitistas, racistas, oligárquicos, entreguistas. Nunca se conformaram em ver países que consideravam seus serem governados por líderes com forte apoio popular”, afirmou em artigo publicado no dia 2 de março na Rede Brasil Atual.

Despolitização e negação da democracia

As manifestações fazem parte do jogo democrático, exceto aquelas que se voltam contra a democracia e pregam o golpe, analisa o professor da pós-graduação em Ciência Política, da Ufrgs, Fabiano Engelmann. “Não há grupos organizados politicamente que preguem soluções fora da democracia”, contrapõe.

Integrante do Núcleo de Estudos em Justiça e Poder Político da universidade, Engelmann avalia que a mobilização organizada pela CUT trouxe uma pauta de reivindicações mais organizada por ser um movimento liderado por movimentos associativos, sindicatos, entre outros, que têm maior inserção no debate político. “Também por se tratarem de manifestações que tinham o propósito de evidenciar apoio ao governo, houve a preocupação de apresentar demandas organizadas e pontuais”, pontua Engelmann.

No caso das mobilizações do dia 15, explica o cientista político, de uma parte, trata-se de movimentos que não estão vinculados a associações ou sindicatos com grande expressão política. “Têm maiores características espontâneas, são mais ‘despolitizadas’ poder-se-ia dizer, no sentido de não apresentarem uma pauta de reivindicação pontual, são movimentos de contestação das práticas políticas, dos partidos e, em alguns casos, da própria democracia”. As mobilizações de 15 de março “expressam o discurso dos opositores ao governo atual, das forças derrotadas no segundo turno da eleição presidencial, mas mesmo nesse caso, não fica evidente uma liderança nítida dos partidos de oposição nessas manifestações”.

INSTITUIÇÕES – As pautas antidemocráticas, como a ideia de pedir o *impeachment* e intervenção das forças armadas, diz Engelmann, remetem a uma ideia de desgaste das instituições políticas

representativas, à deslegitimação dos partidos políticos e até a uma contestação do resultado das eleições presidenciais. “O *impeachment* só é cabível em caso de crime de responsabilidade da presidência, do qual não há até o momento nenhum indício. A ideia de intervenção militar é completamente absurda, expressão máxima da despolitização, da negação da democracia”, sentencia.

Para o professor da Ufrgs, o conflito é expressão do regime democrático. “O avanço de conqui-

tas importantes para inclusão de minorias sociais do ponto de vista econômico, político, cultural, sem dúvida gera reações em outros setores mais conservadores. Trata-se de uma batalha política e também simbólica, cultural. Adiciona-se a isso o crescimento de bancadas organizadas no Congresso identificadas a crenças religiosas com posturas expressamente contra a inclusão desses segmentos da sociedade”.

TERCEIRO TURNO – A tentativa de associar a presidente da República à corrupção por parte de setores reacionários e mesmo as críticas dos movimentos sociais que colocam o governo contra a parede representam um desgaste real e um custo alto para a sociedade. E pedem uma redefinição de rumos ao governo. “Todo regime político tem problemas de corrupção em graus que variam conforme o histórico político e de culturas. A diferença é que em regimes democráticos com instituições de controle público que combatem a corrupção, como Ministério Público, controladorias, imprensa livre etc., a corrupção aparece, em regimes autoritários ela não aparece”, define. Para Engelmann, a tentativa de terceiro turno buscou se legitimar em um quadro de crise econômica. “Entendo que o quadro é grave. Temos uma tentativa de terceiro turno das eleições presidenciais, associada a uma crise econômica. Então, em termos de legitimidade política é um custo alto para a presidente ser identificada como a ‘chefe da corrupção’ do país. O governo poderá reverter essa imagem e evitar a desestabilização do país na medida em que conseguir recompor a coalizão que sustenta o governo no Congresso, e com melhores resultados econômicos. Foi isso, por exemplo, que fez o governo Lula, em outra conjuntura: sobreviver ao bombardeio do ‘escândalo do mensalão’, constata.



Protestos do dia 15 reuniram 210 mil na Av. Paulista

MOVIMENTO

Negação dos avanços sociais



Antagonismo em inglês: "militante" pede uma "intervenção militar constitucional"...

Neste ano, o país completa 30 anos de processo democrático, o mais longo período em 126 anos desde a proclamação da República. A insurgência de movimentos de direita e o avanço do pensamento de extrema direita seriam uma ameaça à democracia ou trata-se de um momento de instabilidade própria do seu amadurecimento? Para o professor da Ufrgs, Fabiano Engelmann, são muitos os fatores que explicam as manifestações antidemocráticas. Engelmann explica que são muitas questões envolvidas, desde a proliferação das manifestações por redes sociais onde o debate político em alguns casos vira uma espécie de debate futebolístico, até um desgaste mesmo das instituições representativas que ocorre pela excessiva fragmentação partidária, pela formação de coalizões, que embora necessárias no caso de sistemas presidencialistas, não têm nenhuma ideologia; pelo alto grau de práticas de corrupção que são cada vez menos toleradas pelos eleitores, pela oposição sistemática da grande mídia a um governo mais à esquerda. “Enfim, são muitos fatores que levam ao aparecimento de manifestações conservadoras que tendem a negar avanços sociais e a dinâmica conflituosa da democracia. Entretanto, creio que nesse momento não há uma ameaça ao regime democrático, visto que não há grupos organizados politicamente que preguem soluções fora da democracia”, conclui.

ACIRRAMENTO – Para o presidente estadual do PT, Ary Vanazzi, as mobilizações de junho 2013 e março 2015 “mostram a vitalidade da sociedade brasileira e de uma democracia participativa, na qual há espaço, inclusive, para bandeiras que vão contra a nossa democracia e a nossa história”. São acontecimentos que propõem um aprofundamento do processo democrático, “com a ressalva de que as manifestações por *impeachment*, cassação, intervenção militar estão fora do contexto”, diz. O dirigente vê um acirramento na luta política e de classes no país. “Isso traz de volta a luta social, pois há um projeto de disputa com a direita, que tem uma estratégia política de longo prazo. No meio está o governo, andando muito no fio da navalha e nós, do PT, tentando puxar o governo para a esquerda”, sinaliza. Foram muitos anos de equívocos, confiança, referindo-se à crença em uma conciliação de classes e às alianças políticas. “Estamos pagando o preço por aquilo que a gente não fez, ou seja, nos adaptamos ao estado burocratizado, criado pela ditadura militar, que não é capaz de fazer políticas sociais. Não tivemos vontade política e não criamos as condições objetivas para fazer a ruptura”, avalia.

“É preciso reconhecer e respeitar o direito democrático das manifestações, sejam elas contra ou a favor de governos. Repudiamos manifestações que pedem o retorno do regime militar ou golpes institucionais, como o *impeachment*, sem base legal ou fato que o justifique. O ódio e a intolerância não devem ser armas do debate político. A democracia é a melhor arma”, acrescenta o deputado Henrique Fontana (PT/RS).

Viva Bem Unimed

O VÍRUS DA GRIPE
QUER ADICIONAR VOCÊ.
PREVINA-SE.



Para se proteger contra a gripe,
é importante seguir alguns cuidados:

- Não compartilhe alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal;
- Evite tocar olhos, nariz ou boca;
- Lave as mãos frequentemente com sabonete e água, especialmente depois de tossir ou espirrar;
- Lave o rosto quando houver presença de secreção respiratória;
- Mantenha os ambientes bem ventilados;
- Dê preferência para uma alimentação saudável;
- Se apresentar qualquer sintoma de gripe, evite contato próximo com as outras pessoas, especialmente aquelas que tenham fatores de risco (problemas de imunidade, doenças crônicas pulmonares, renais e cardíacas, gestantes, idosos e crianças), e quando necessário, utilize máscara;
- Não use medicamentos sem orientação médica. A automedicação pode ser prejudicial à saúde.

Fonte: Medicina Preventiva



APARTE / MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Comer é um ato político. Quais as implicações disso?

Em nossa vida diária, manifestamos indignação contra muitos acontecimentos da vida política e social do país, aos quais temos um acesso, na maioria das vezes, mediado pela forma como eles nos são apresentados pelos meios de comunicação em suas diversas plataformas e modalidades, que hoje não são poucas. A indignação com a corrupção é um exemplo disso. É difícil encontrar uma pessoa que não tenha opinião e convicção formada sobre esse tema. Em geral, nos colocamos fora dele. O corrupto é sempre um outro, um político de modo geral, e nós não temos responsabilidade pelo que ocorre nesta dimensão.

No entanto, pouquíssima gente se preocupa com um tema que diz respeito diária e diretamente a nossas vidas, que é a qualidade da nossa alimentação. A presença de agrotóxicos, hormônios e transgênicos em nosso cardápio diário tornou-se um fato natural como o sol e a chuva e pouca gente parece disposta a pensar sobre o que está comendo e qual a relação que isso tem com a atual ordem econômica, política e social do país. Comer teria algo a ver com a corrupção, por exemplo?

A pergunta parece esdrúxula, mas talvez não seja. O agronegócio representa hoje um dos principais elementos formadores do PIB brasileiro, responsável por alguns dos principais produtos que integram a pauta de exportações do país. Essa força econômica tem expressão direta no Congresso Nacional, nos parlamentos estaduais e municipais, e nos Executivos, no Judiciário, na definição da linha editorial dos grandes meios de comunicação e da pauta de produção das grandes agências de publicidade. O agronegócio é um fator positivo para a economia do país, mas isso não encerra o assunto. Há uma contrapartida que não é exatamente positiva: ele desenvolveu um modo de produção de alimentos que faz do Brasil um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos.

É impossível dissociar o agronegócio da indústria dos agrotóxicos, assim como é impossível dissociá-los da indústria dos transgênicos. Quando iniciou o debate sobre a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) na agricultura, uma das principais promessas feitas por



Ato público contra os agrotóxicos em frente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em Brasília, onde fica a sede do CNTBio

seus defensores era que o cultivo de transgênicos, entre outros benefícios, traria uma diminuição do uso de agrotóxicos, em função do desenvolvimento de plantas resistentes a pragas. Passadas cerca de duas décadas, o que se viu no Brasil foi exatamente o contrário. A crescente liberação do plantio de variedades transgênicas de soja, milho e outros cultivos trouxe não uma diminuição, mas um aumento da utilização de agrotóxicos.

Em 2005, quando foi aprovada a Lei de Biossegurança nº 11.105, que impulsionou a liberação de transgênicos no país, o consumo de agrotóxicos no Brasil estava na casa dos 700 milhões de litros/ano. Em 2011, seis anos apenas depois, já estava na casa dos 853 milhões de litros/ano. Em 2013, as estimativas apontam para um consumo superior a um bilhão de litros/ano, uma cota *per capita* de aproximadamente 5 litros por habitante. O Brasil consome hoje pelo menos 14 agrotóxicos que são proibidos em outros países do mundo. Esse uso intenso, além dos problemas para a saúde e o meio ambiente, vem provocando o surgimento de novas pragas mais resistentes aos venenos, que demandam o desenvolvimento de novos venenos, numa espiral que parece não ter fim e que vem sendo construída sem os estudos de impacto ambiental necessários.

De 60 a 70% dos alimentos que a população

brasileira compra em mercados hoje são controlados por um grupo de apenas dez empresas. A produção da maior parte desses alimentos envolve uso de agrotóxicos, hormônios e transgênicos. Em busca de uma vida mais saudável, os mais ricos aumentam o consumo de produtos orgânicos. Os mais pobres, que não têm acesso aos orgânicos, seguem consumindo alimentos com agrotóxicos, hormônios e transgênicos sem terem acesso a informações sobre o que estão ingerindo. Comer tornou-se, portanto, mais do que nunca, um ato político. O alimento tornou-se um elemento simbólico e material para ligar a realidade de quem vive e produz no campo e de quem vive e produz nas cidades.

As implicações desse laço para a saúde andam de mãos dadas com as implicações para o meio ambiente. No dia 10 de março, em uma audiência pública na Assembleia Legislativa, mulheres integrantes da Via Campesina entregaram para o Ministério Público Estadual e para o MP Federal um dossiê denunciando o impacto dos agrotóxicos no Rio Grande do Sul. Doenças como o câncer, contaminações das mais variadas formas e desaparecimento de abelhas estão entre os problemas apontados. Pense um pouco nisso em sua próxima refeição. Essa reflexão pode ser uma condição para uma digestão mais tranquila e saudável.

Quando o professor vem a Porto Alegre fica em casa.

A Casa do Professor é a referência de conforto para os associados do Sinpro/RS na capital. Nossos apartamentos são equipados com TV, micro-ondas, geladeira, ar-condicionado, sala de internet com *wireless* e todas as atrações que Porto Alegre oferece.



Reservas pelo telefone: (51) 4009-2988 ou pelo casadoprofessor@sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Hora de voltar aos trilhos

País abandonou a opção das vias férreas, no século passado, tornando-se excessivamente dependente do transporte rodoviário

► Por Ulisses Nenê

extraclasse@sinprors.org.br



No interior de um vagão de passageiros abandonado, totalmente encoberto pelo matagal, nas proximidades da capital, onde antes funcionava a Estação Férrea Augusto Pestana, alguém escreveu com tinta branca e em letras grandes: “Insanidade”. São várias as definições de especialistas sobre o sistema ferroviário no Brasil, como “precário”, “irracional”, “caótico”, mas a melhor síntese parece ser esta mesma, de um autor anônimo. Ou, então, como explicar que o país tenha, atualmente, apenas 28 mil quilômetros de ferrovias, menos que em meados do século passado, quando a extensão da malha brasileira alcançava cerca de 35 mil quilômetros? Naquela época, dizem os especialistas na matéria, o país perdeu o rumo dos trilhos e nunca mais voltou à linha.

Recentemente, no final de fevereiro, bastaram duas semanas de paralisação dos caminhoneiros para se escancarar a enorme dependência que isso trouxe da opção feita pelo país pelo transporte rodoviário. Em poucos dias, já se

falava em ameaça de desabastecimento. Além disso, as estradas dominadas por caminhões trazem outras consequências, como o trânsito caótico, alto percentual de acidentes graves causados por esses veículos pesados e altíssimo custo de manutenção das rodovias, esburacadas pelo excesso de peso suportado.

Superintendente da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) no estado por duas gestões, até 1995, o engenheiro Edemar Mainardi, 74 anos, lamenta: “o Brasil esqueceu as ferrovias e isso é muito ruim para o país”. Numa nação de dimensões continentais o investimento no transporte por trilhos deveria ser uma prioridade, observa, como nos Estados Unidos, que foram desbravados através de ferrovias e são cortados, de Leste a Oeste e Norte a Sul, por 226 mil quilômetros de malha ferroviária. Países de dimensões semelhantes, ou até menores, como Rússia, China, Índia, Canadá, Austrália, França, Alemanha, Argentina e África do Sul também têm participação muito forte do setor ferroviário na sua infraestrutura de transportes.

Dados do Laboratório de Sistema de Transportes (Lastran), da Ufrgs, mostram que 62,6% da matriz brasileira é rodoviária, 19,9% ferroviária e o restante se divide entre aquaviária, aérea e dutoviária:

Impacto nos preços

A concentração num único modal tem impacto direto no chamado Custo Brasil, acrescenta Michel. Cerca de 20% do valor de cada produto corresponde ao preço do transporte, chegando a até 40% nos estados com as piores rodovias, como Goiás, enquanto em outros países, em que as políticas de transporte são implementadas de forma mais racional e menos permeável a interesses privados, o item transportes responde, no máximo, por 8% a 10% do valor final.

O problema, porém, não se resume ao tamanho da malha, que no caso brasileiro é pequena demais para o tamanho do país. Existe ainda a dificuldade das diferentes bitolas dos trilhos, que no Sul são de bitola métrica (na qual as linhas são separadas por um metro de distância), enquanto no Sudeste predomina a bitola larga (1,60m) e no Norte e Nordeste volta a ser métrica, o que atrapalha a integração e a agilida-



Abandono: Vagão deteriorado na antiga estação Pestana, da RFFSA, em Porto Alegre

“Mas em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, a dependência do transporte rodoviário chega a 80%”, informa o engenheiro, mestre em Engenharia de Produção e professor do Lastran, Fernando Dutra Michel. Para ele, falta planejamento de longo prazo nessa área: “Perdemos o trem da história, literalmente”, afirma.



Mainardi, ex-superintendente da RFFSA: “trens deveriam ser prioridade”

de do sistema. Também prejudica a competitividade das estradas de ferro nacionais a sua baixa velocidade operacional, uma das piores do mundo, com média de apenas 23,43 quilômetros por hora, enquanto nos Estados Unidos e outros países a velocidade média dos trens chega a 80 quilômetros por hora.

Em parte, isso decorre da forma como surgiram as ferrovias brasileiras. Cada região, cada estado, tinha a sua própria empresa, de tecnologia belga, holandesa, inglesa, alemã ou outra, que recebia pagamento por quilômetro construído. Logo, quanto mais acidentada e cheia de curvas tivesse a linha dos trilhos, mais essas companhias lucravam. E é sobre esses traçados antigos que se assenta, ainda hoje, grande parte das linhas do país, onde composições modernas deslocam-se em ritmo de maria-fumaça.

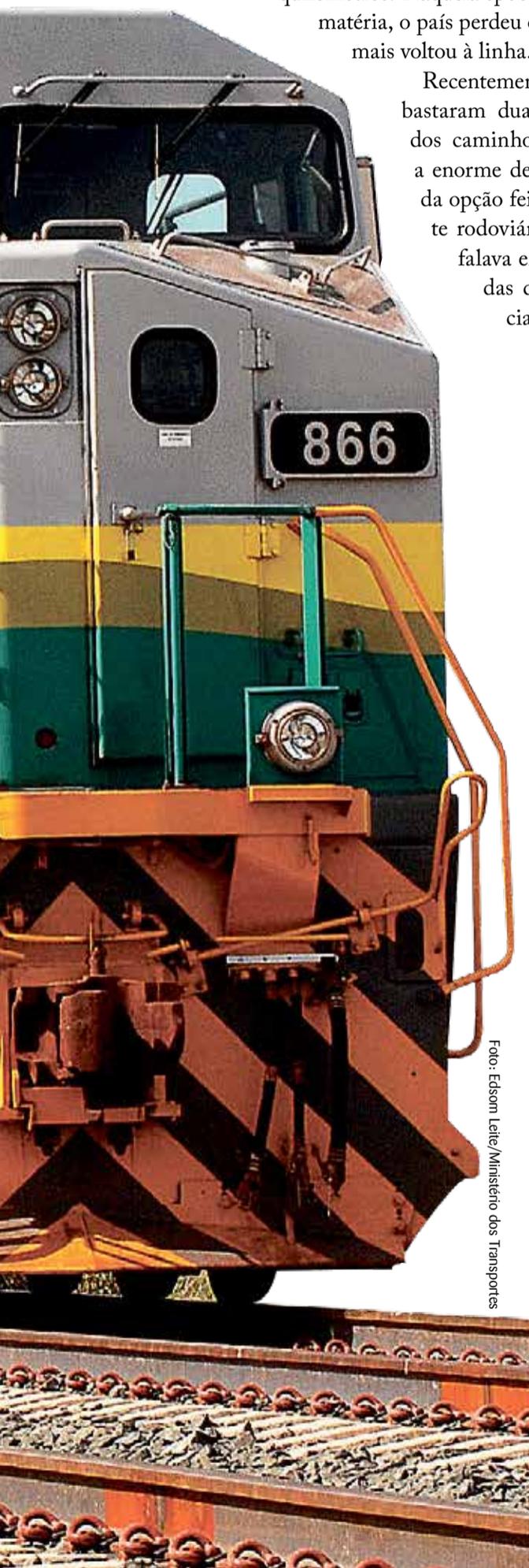


Foto: Edson Leite/Ministério dos Transportes

Foto: Igor Sperotto

Foto: Igor Sperotto

Plano de investimento

“O governo pretende expandir a malha ferroviária para permitir a ligação de áreas de produção agrícola e mineral a portos, indústrias e mercado consumidor. Para isso, quer a revisão do modelo regulatório, para criar um ambiente mais competitivo no transporte de cargas, incentivar a utilização da capacidade da infraestrutura ferroviária e estimular investimentos”, afirma o secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, Herbert Drumond.

A boa notícia, neste sentido, é que o governo lançou, em 2012, o Plano de Investimentos em Logística (PIL), que prevê a aplicação de R\$ 91,6 bilhões em construção ou melhorias de 11 mil quilômetros de linhas férreas, divididos em 12 trechos. A má notícia: o programa ainda não saiu da estação. Está parado por falta de empresas interessadas.

“O grande problema é que ferrovias exigem um capital muito alto para investimento e um tempo também razoável (para conclusão) e, diferentemente da rodovia, só começa a funcionar depois de totalmente pronta, quando liga A com B”, constata o coordenador do Conselho de Infraestrutura da Fiergs, Ricardo Portella Nunes. Segundo ele, os investidores não sentiram segurança na compra, pela Valec, empresa do braço ferroviário do Ministério dos Transportes, da capacidade total de operação dos trechos oferecidos.

O empresário destaca ainda o potencial hidroviário desperdiçado, especialmente no Rio Grande do Sul, como a ligação direta da região Metropolitana, pelo Guaíba, ao Porto de Rio Grande. Um só barco, com capacidade para transportar mais de 500 contêineres, como é comum na Holanda, por exemplo, representaria 550 a 580 caminhões a menos na estrada, por dia, ressalta. Pelas dificuldades de logística, a soja produzida no Brasil, que é a mais barata do mundo, chega ao seu destino mais cara que a americana por causa de um sistema de transporte totalmente ineficiente. Ou insano, como diria o pichador do vagão abandonado.

Ferrovias Norte-Sul chegará a Rio Grande



Obras da Ferrovia Norte-Sul, em Tocantins, cujo traçado deverá chegar a Chapecó (SC) e ao Porto de Rio Grande (RS)

Industrialização trouxe a “rodoviarização”



Greve de caminhoneiros expôs dependência do país ao transporte rodoviário

Nas primeiras décadas do século passado, houve uma expansão acelerada da malha ferroviária brasileira, através de empreendedores privados, que se manteve até os anos 1950, quando o Brasil ingressa no processo de industrialização. É, então, que acontece a guinada na direção da “rodoviarização”, com grandes investimentos públicos em estradas. Nessa época, em 1957, foi criada a RFFSA, centralizando 22 antigas companhias e priorizando o transporte de cargas em detrimento do transporte de passageiros – que hoje praticamente não existe mais nas vias férreas de longa distância.

Durante 40 anos, a RFFSA prestou serviços de transporte ferroviário, em 19 estados e quatro das cinco grandes regiões do país, operando uma malha que, em 1996, compreendia cerca de 22 mil quilômetros de linhas (73% do total nacional). Em 1992, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização do governo Collor, acabando por ser privatizada no período 1996/1998, conforme um modelo de concessões por 30 anos, exclusivamente para cargas. Por licitação, ela foi fatiada em seis malhas regionais, onde predomina a força da

América Latina Logística (ALL).

A empresa opera em 12,9 mil quilômetros ferroviários nas malhas Sul (PR, SC, RS), Oeste (MS), Norte (MT) e Paulista (SP). Críticos do modelo dizem que foi extinto um monopólio estatal e criados vários monopólios privados, pois as empresas concedentes controlam tanto a linha férrea quanto a operação dessas linhas, decidindo o que passa e o que não passa sobre elas.

Mas as críticas maiores recaem mesmo sobre a ALL, acusada de não expandir e ainda utilizar apenas a metade dos cerca de 3,2 mil quilômetros que recebeu por concessão no estado. A empresa, no entanto, afirma que está investindo em trechos das ferrovias gaúchas para que se mantenham no mesmo patamar em que foram assumidos no início da concessão e que está ampliando a capacidade operacional no território gaúcho. “A intenção é aumentar a estrutura de carregamento, melhorando com isso o tempo de tráfego. A companhia melhorou também seus índices de segurança, reduzindo cerca de 80% o número de acidentes desde 2006, por exemplo”, informou a empresa em nota ao *Extra Classe*.

Foto: Edson Leite/Ministério dos Transportes

Com previsão para conclusão em março deste ano, mas ainda sem ter sido anunciado, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do trecho da Ferrovia Norte-Sul (FNS), de Chapecó (SC) ao Porto de Rio Grande (RS) culminará com uma extensão de 834 quilômetros. Até mesmo uma Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa foi organizada, realizando 15 audiências públicas, para garantir a obra. A maior discussão gira em torno do traçado principal, por onde ela vai ingressar no território gaúcho e seus ramais pelas regiões.

Uma das possibilidades é a linha passar por Frederico Westphalen e daí a Santa Maria, em direção ao Sul. A outra seria a entrada no estado através de Erechim, adianta o deputado Altemir Tortelli (PT), um dos integrantes da Frente Parlamentar. O EVTEA foi contratado pela Valec, órgão ligado ao Ministério dos Transportes e encarregado das ferrovias, em dezembro de 2012, com investimento no PAC de R\$ 9,8 milhões, para os trechos Panorama (SP), Chapecó (SC), Rio Grande (RS).

Projetada para promover a integração nacional e minimizar cus-

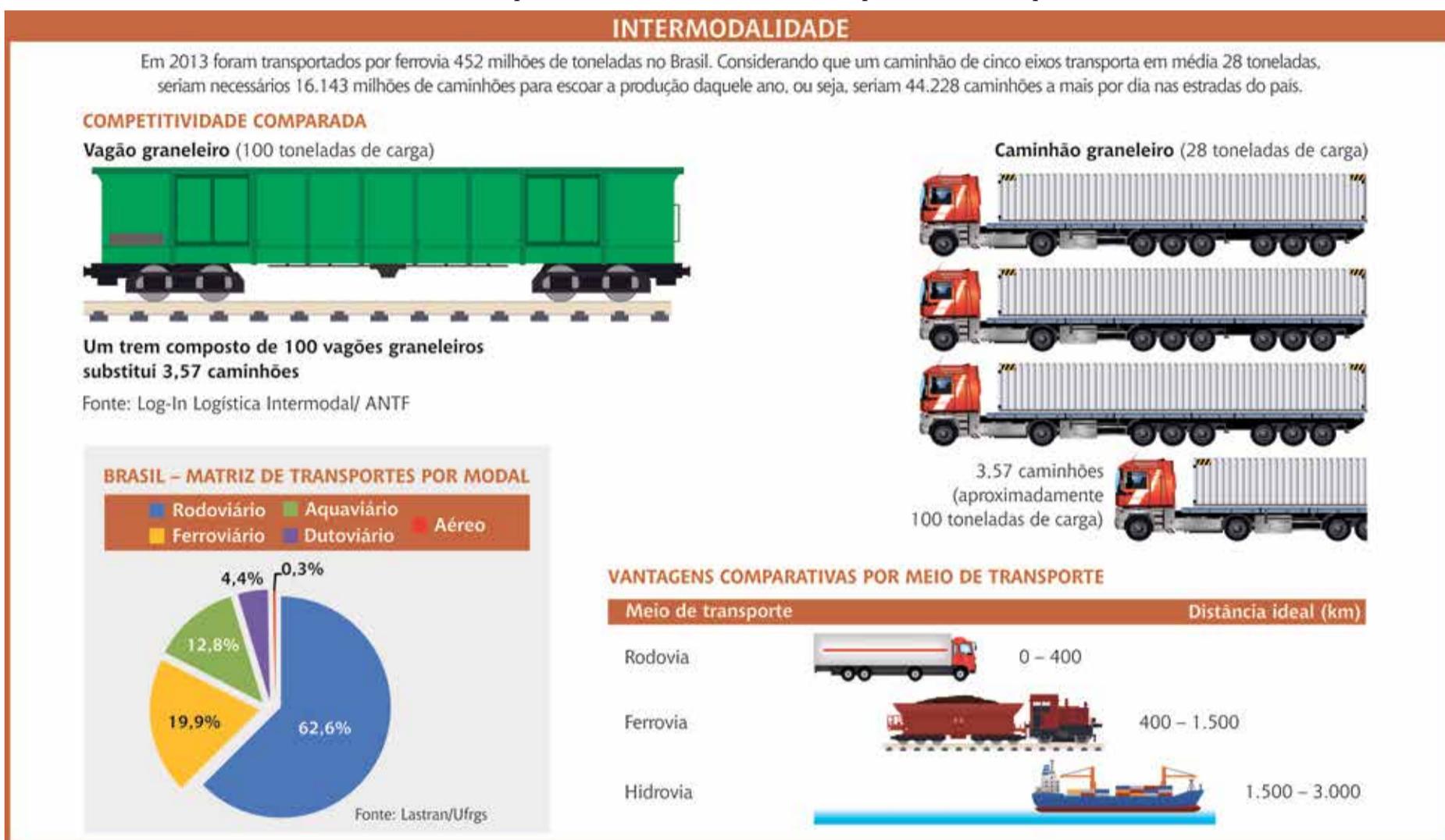
tos de transporte e interligar regiões brasileiras, a construção da FNS foi iniciada por trechos, na década de 1980, no governo do então presidente José Sarney. O traçado inicial previa a construção de 1.550 quilômetros, de Açailândia (MA) a Anápolis (GO), cortando os estados do Maranhão, Tocantins e Goiás.

Em meio a muitos atrasos e também denún-

cias de irregularidades, o projeto vem sendo ampliado e novos trechos foram incorporados, até este, que inclui a região Sul. Ao ser concluída, num prazo ainda não estipulado, de Barcarena (PA) a Rio Grande (RS), com 4.733 quilômetros de extensão, em bitola larga, a FNS vai representar a espinha dorsal dos transportes ferroviários no país. Apenas o trecho de Palmas (TO) e Anápolis (GO)

encontra-se em operação neste momento.

Também estão em estudos na Valec 14 trechos do Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros, a partir de projetos de trens regionais do BNDES dos anos 1990, que incluem duas linhas no Rio Grande do Sul, Pelotas a Rio Grande (52 quilômetros) e Caxias a Bento Gonçalves (65 quilômetros).



EC

Temos a fórmula certa para o seu futuro.

Re Rentabilidade

De Dedução no Imposto de Renda

Ap Aposentadoria aos 50 anos



SINPRORS
PREVIDÊNCIA

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO CEEE
PREVIDÊNCIA PRIVADA
Decisão de um futuro inteligente

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

PARCERIA ESTRATÉGICA
MONGERAL LEGON
Construa seu amanhã

Ligue para
(51) 4009.2933 / 3224.2062

ENSINO PRIVADO

CAMPANHA SALARIAL 2015

Sinpro/RS e Sinepe/RS iniciam negociação salarial

Até o fechamento desta edição, os sindicatos haviam realizado três reuniões. Dentre as reivindicações, 9% de reajuste salarial



Fotos: Ascom Sinpro/RS

Negociações estão ocorrendo em câmaras setoriais da educação superior (E) e da educação básica (D)

Apauta de reivindicações dos professores foi entregue pelo Sinpro/RS no dia 10 de março, quando se deu início às tratativas com vistas à Convenção Coletiva de Trabalho 2015. Dentre as reivindicações, 9% de reajuste salarial, calendário unificado, limitação no número de alunos por turma, remuneração de todo o trabalho realizado pelo professor, equiparação salarial entre os anos iniciais e anos finais do ensino fundamental.

Até o fechamento desta edição do *Extra Classe*, foram realizadas três rodadas de negociação, em câmaras setoriais distintas. A cada encontro, após as discussões, o Sindicato dos Professores propõe a redação de cláusulas. Ao final da segunda reunião, no dia 17 de março, o Sinepe/RS informou que iria

orientar as instituições de ensino a repassar nos salários de março até 5% de reajuste (parte da inflação do período). No mesmo período, a direção do Sinpro/RS recebeu comunicado da comissão das instituições comunitárias com orientação às instituições para a antecipação do reajuste nos salários de março com base no INPC (7,68%).

EDUCAÇÃO SUPERIOR – Na Câmara da educação superior, já foram discutidos o calendário escolar; recesso e férias; autonomia do professor; e regulamentação e remuneração do trabalho docente nas atividades acadêmicas específicas, como supervisão de estágios, participação em reuniões regulares e sem periodicidade regular, exercício de representação institucional, coordenação de curso, participação em bancas

de avaliação, orientação em trabalhos de conclusão de curso, participação em conselhos superiores e/ou comissões. Também foram iniciadas as discussões sobre a limitação do número de alunos por turma.

EDUCAÇÃO BÁSICA – A Comissão centrou as discussões no aumento real do salário, aumento dos pisos, equiparação salarial no ensino fundamental, autonomia do professor e limitação no número de alunos por turma. “Queremos sensibilizar as escolas sobre a importância da equiparação dos valores de hora-aula dos anos iniciais com os anos finais do ensino fundamental. Não é possível que profissionais com a mesma formação sejam discriminados, recebendo valores tão diferenciados”, destaca Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS.

REIVINDICAÇÃO

Equiparação salarial ganha campanha nacional

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) lançou em março campanha nacional pela equiparação salarial na educação básica, que tem como slogan *Professor é professor! Diferentes, mas iguais*. A campanha alerta a sociedade em geral e a comunidade escolar para as disparidades entre os valores pagos aos docentes da educação infantil, dos anos iniciais e finais dos ensinos fundamental e do médio.

Os materiais produzidos para a campanha focam no senso de justiça, destacando que os professores desse nível de educação têm a mesma formação, mesma necessidade de atualização constante e volume de trabalho equivalente, o que não justifica as diferenças salariais atuais.

A campanha está sendo veiculada pela Contee em mídia nacional e os sindicatos de professores de vários estados em seus sites e redes sociais. A equiparação salarial é um dos temas tratados na mesa de negociação entre Sinpro/RS e Sinepe/RS em 2015, na Câmara da educação básica.

NOTAS

ULBRA – Em 20 de março, a Ulbra pagou as multas correspondentes aos atrasos no pagamento dos salários de férias/janeiro (10%) e de fevereiro (4% para os professores da educação superior e 4,5% aos professores da educação básica). Também foi paga a última parcela das multas devidas de 2013. “Os pagamentos representam uma regularização das últimas pendências salariais e um novo padrão de conduta institucional no cumprimento da CCT, sem a necessidade de recorrer ao Judiciário”, explica Marcos Fuhr, da direção do Sinpro/RS. Em comparação com 2014, em que houve atrasos esparsos, a virada do ano foi preocupante. No ano passado, depois da transição 2013/14, com a integralização das pendências em abril e o parcelamento das multas, só ficou para o segundo semestre a 1ª parcela do 13º, paga em dezembro com a multa. Em janeiro o parcelamento do salário de dezembro só foi pago nos dias 8, 16, e 23. Permaneceu o não pagamento antecipado das férias, que só viria nos dias 9, 13 e 27. Sem contar o salário de fevereiro, também parcelado em duas vezes: 60% pagos no dia 06 de março e 40% no dia 13. Saiba mais no *Período Livre*, no site www.sinprors.org.br.

APAEPERS – Assembleia geral da Associação dos Professores Aposentados do Ensino Privado do RS (Apaepers), realizada no dia 27 de março, reconduziu a professora Glória Bittencourt (à esquerda na foto) à presidência da entidade para o próximo triênio 2015/2017.



Foto: Edmar Blazina/Ascom Sinpro/RS

LIMITE DE ALUNOS

Inicia levantamento do excesso de alunos na educação básica

O Sinpro/RS deu início no mês de março ao levantamento do excesso de alunos por turma na educação básica praticado por instituições de ensino privado em 2015, a partir dos parâmetros reivindicados pelo Sindicato. A pesquisa está sendo feita por meio de formulário *on-line* enviado aos professores associados.

O Sindicato monitora anualmente o número de alunos por turma no ensino privado e denuncia os excessos praticados por meio do site www.limitedealunosporturma.com.br e de campanhas permanentes na mídia.

“A sociedade já está se dando conta do prejuízo que o excesso de alunos por turma provoca no ensino-aprendizagem”, afirma Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. “Estão crescendo as manifestações de pais e estudantes sensíveis ao problema e contrários a esta prática”. Cecília destaca que o trabalho do professor fica muito comprometido em salas com

excesso de alunos. “Fica inviável acompanhar as particularidades de cada aluno”. Em Alegrete, pais e estudantes do colégio Raymundo Carvalho realizaram manifestações pedindo a redução de alunos por turma (*veja matéria abaixo*).

Até o final do mês de março, o Sindicato já havia recebido mais de 50 denúncias de turmas com excesso de alunos em escolas da região Metropolitana e do interior do estado. Há casos de turmas no ensino fundamental com mais de 38 alunos cada uma e do ensino médio com mais de 45. Todas as denúncias que chegam ao Sindicato são averiguadas pelos diretores do Sinpro/RS junto às instituições.

Este já é o quarto ano consecutivo do levantamento. O resultado será divulgado em maio pelo site www.limitedealunosporturma.com.br.

EDUCAÇÃO SUPERIOR – O levantamento das instituições de ensino superior será feito no início do segundo semestre.

Limites: os parâmetros reivindicados pelo Sinpro/RS

Educação infantil

0 a 2 anos: 7 alunos
3 a 4 anos: 15 alunos
5 anos: 20 alunos

Ensino fundamental

Anos iniciais: 1º a 5º anos: 25 alunos
Séries/anos finais: 5ª a 8ª séries/6º a 9º anos: 35 alunos

Ensino médio

40 alunos

DENÚNCIA

Pais reivindicam redução de alunos por turma em Alegrete

Foto: Reprodução/Jornal Em Questão/Alegrete



Imprensa local repercutiu mobilização de pais e alunos

Um grupo de pais do Colégio Raymundo Carvalho, da Urcamp, em Alegrete, está mobilizado contra o agrupamento de turmas na instituição e a alteração da base curricular dos ensinos fundamental e médio, com redução da carga horária. Segundo os pais, as duas atitudes da escola foram tomadas de forma unilateral, sem consulta ou negociação. Uma das turmas do 8ª ano está com 40 alunos.

Desde o final de fevereiro, os pais já realizaram quatro reuniões com a direção e Pró-Reitoria da instituição, formalizaram um abaixo-assinado em reunião e promoveram uma paralisação em frente à escola. Em atas de reuniões enviadas ao Sinpro/RS, os pais relatam sua preocupação com a qualidade do trabalho e do ensino-aprendizagem e solicitam que as turmas sejam separadas. Eles reclamam ainda da falta de posicionamento da direção da escola e da Pró-Reitoria da Urcamp.

Representantes da direção do Sinpro/RS tiveram reunião com a Pró-Reitoria da Urcamp no dia 23 de março, ocasião em que o Sindicato reiterou as reivindicações dos pais. “Destacamos que a instituição além de descumprir a Convenção Coletiva de Trabalho tomou uma decisão unilateral ao não informar pais e professores antecipadamente sobre as alterações curriculares. E reforçamos o pedido dos pais de divisão das turmas agrupadas”, afirma Maria Lúcia Iserhard Schlittler, diretora do Sinpro/RS. Até o fechamento do jornal, a Reitoria não havia dado um retorno sobre os assuntos tratados.

SINPRO/RS VANTAGEM

sinprovantagem@sinprors.org.br

Mensalmente, o Sinpro/RS firma convênios com empresas para garantir descontos e/ou pagamentos especiais aos professores associados. Confira a relação de todos os produtos e serviços no Guia de Convênios, no site do Sindicato (www.sinprors.org.br/convenios). Para garantir os benefícios é necessário apresentar o Cartão Sinpro/RS Vantagem. Faça sua sugestão de empresas e serviços pelo e-mail sinprovantagem@sinprors.org.br

ESTADO

Panvel Farmácias. 30% de desconto nos medicamentos genéricos e 10% nos de marca (não cumulativo a outras promoções). O cartão Panvel/Sinpro deve ser solicitado no setor de cadastro do Sinpro/RS e inclui dependentes. Para informações completas e relação das lojas acesse www.sinprors.org.br/convenios/panvel.asp – 0800-642-9001.

Senac RS. 15% de desconto para associados e seus dependentes nos cursos de todos os níveis, com exceção da modalidade EaD, livros e materiais didáticos. Para matricular-se no curso de interesse, o associado/dependente deverá solicitar uma carta de encaminhamento através do setor de cadastro do Sinpro/RS, em Porto Alegre, ou na Regional Sinpro/RS mais próxima. Validade: 03/07/2015 – 51.3284.2302 – www.senacrs.com.br.

PORTO ALEGRE

Parrilla Del Sur. Restaurante. 15% de desconto no almoço e jantar, exceto na terça-feira, no domingo a partir das 18h e em compra em site de compras coletivas. Av. Nilópolis, 111 – 51.3012.7878. www.parrilladelsur.com.br.

Vilaró Parrilla Lounge. Restaurante. 15% de desconto no jantar. Bebidas não incluídas. Rua Fernando Gomes – 51.3395.5244. www.vilaro.com.br.

OSÓRIO

O Boticário. 5% de desconto. Marechal Floriano, 1025 – 51.3663.2528.

ENSINO PRIVADO

SAÚDE DO PROFESSOR

Move é lançado com boa receptividade



Fotos: Leonardo Savaris

Corrida de Porto Alegre marcou lançamento do Programa, que inicia atividades regulares em 1º de abril



Mas de 50 professores já aderiram ao Move – Programa de Caminhada e Corrida de Rua, lançado pelo Sinpro/RS no dia 22 de março, em Porto Alegre, durante a 12ª Corrida de Aniversário de Porto Alegre. Dirigido aos associados e seus dependentes, o programa é um projeto-piloto do Núcleo do Estudo e Preservação da Saúde do Professor (Nesp), do Sindicato.

A partir do início de abril, serão realizados encontros semanais de grupos de caminhada e de corrida, com partida de dois pontos de encontro: a pista de atletismo Ramiro Souto no Parque da Redenção (segundas

e quartas, das 18h30 às 20h) e o Gasômetro – em frente à Rótula das Cuias (aos sábados das 8h30 às 10h30). O programa tem a parceria da empresa Pace Consultoria Esportiva, que disponibiliza os profissionais de saúde para avaliação e acompanhamento dos grupos.

“Com foco em saúde e qualidade de vida, o Move é uma oportunidade para os professores inserirem exercícios físicos ao ar livre em sua rotina, com o apoio de uma equipe de profissionais de Educação Física. Estamos muito satisfeitos com a receptividade de todos ao projeto”, afirma Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS.

As vagas para o programa são limitadas, mas ainda podem ser feitas pelo site www.sinpro.rs.org.br/move, onde também tem informações completas.

CEED/RS

Diretora do Sinpro/RS assume a presidência

A diretora do Sinpro/RS, Cecília Farias, assumiu em março a presidência do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED/RS). A nova diretoria foi eleita em dezembro de 2014 e foi empossada para o biênio 2015/2017.

Em cerimônia realizada no Auditório Paulo Freire, no Centro Administrativo do Estado, em Porto Alegre, foram nomeados também o conselheiro Domingos Antô-

nio Buffon como 1º vice-presidente e o conselheiro Thalisson Silveira da Silva como 2º vice-presidente.

Compareceram à posse o secretário adjunto da Educação, Eloí Flôres da Silva, na ocasião representando o governador do Estado, José Ivo Sartori, autoridades da área educacional, representantes das entidades que compõem o Conselho, diretores da Secretaria Estadual de Educação, além familiares e amigos dos empossados e assessores do CEEd.



Foto: Leonardo Savaris

Cecília Farias preside CEEd/RS

HÁ 10 ANOS, A GENTE FOI LÁ E FEZ!



Um sonho, uma utopia. Quando alguém propõe fazer algo novo no campo da cultura, muitas serão as dificuldades. E elas são reais, mas não intransponíveis. Os professores associados ao Sinpro/RS aceitaram o desafio e instituíram a Fundação Ecarta e, hoje, são dezenas de atividades das mais diversas manifestações artísticas, culturais e educacionais. São milhares de pessoas impactadas pelas atividades da Ecarta, porque nós decidimos duvidar do improvável.

Parabéns aos professores e à equipe de trabalho.
Parabéns à nossa Fundação Ecarta!

E | C | A | R | T | A

10 ANOS FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL

TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS

Conselho de Educação dá autonomia às escolas

O Conselho Estadual de Educação (CEED/RS) aprovou, por unanimidade, no dia 25 de março, o Parecer Nº 282/2015, que traz a manifestação do Conselho sobre consulta referente a medidas regulamentadas nos Regimentos Escolares das Escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

Um dos temas polêmicos tratados no documento é a transferência compulsória de alunos, que ganhou no último ano grande repercussão na mídia e na comunidade escolar. O texto aprovado orienta que a escola trate os possíveis fatos conflituosos dentro da legislação educacional vigente e sugere que a família e os serviços de apoio sejam chamados para a discussão dos casos existentes, uma vez que é dever do Estado oferecer o acesso à educação, e dos pais, manter o aluno regularmente matriculado. Com a nova redação, a instituição de ensino tem a autonomia para decidir sobre a transferência de estudantes.

O tema esteve em debate por três anos no Conselho. Desde julho de 2014, o assunto ganhou a participação de diversas entidades educacionais, comunidade escolar e instituições.

“Estamos satisfeitos com o resultado desse processo. O Sinpro/RS teve uma atuação protagonista em defesa das expectativas dos professores e considera que o Parecer orienta na busca da resolução de conflitos nas escolas”, pontua Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS e presidente do CEEd/RS.



Foto: Neli Moreira/CEED

Parecer do CEEd/RS foi aprovado por unanimidade

UERGS

Professores definem reivindicações 2015

Os professores da Uergs reunidos em Assembleia Geral, no último dia 12 de março, no Campus Porto Alegre, aprovaram a pauta de reivindicações a ser negociada com o governo para compor a proposta de Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2015.

Os principais destaques são reajuste salarial de 10%, percentual que se aplica a todas as cláusulas com repercussão econômica como vale-refeição, seguro de vida e outros; melhoria no percentual por dedicação exclusiva; instituição ou adesão ao Plano de Previdência Complementar; aumento na participação no Plano de Saúde para 6% (atual é 4,5%) e pagamento do tempo de deslocamento quando o docente trabalhar fora da unidade de lotação.

A pauta de reivindicações foi encaminhada à Reitoria e ao Gabinete de Assessoramento Estratégico (GAE), órgão do governo encarregado das negociações. A assembleia aprovou também uma campanha de valorização da Uergs com a chamada: “Se educação é prioridade para o Rio Grande, a Uergs também deve ser”. O Sinpro/RS aguarda uma posição do governo quanto ao início da negociação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Trabalhadores contra a terceirização

O Projeto de Lei 4.330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PL/GO), deve voltar à agenda de votação da Câmara dos Deputados neste mês de abril, segundo o presidente da casa, Eduardo Cunha. O anúncio foi feito aos sindicalistas no mês de março e provocou nova onda de mobilizações em todo o país. O Projeto de Lei liberaliza a terceirização e quarteirização para todas as atividades das empresas, incluindo as atividades-fim; mantém a responsabilidade subsidiária entre contratantes e contratadas e explicita que salários, direitos e benefícios serão diferenciados em função do enquadramento sindical. O Sinpro/RS somou esforços para impedir a aprovação do PL com a articulação de uma frente de luta junto aos deputados da bancada gaúcha, além de integrar as manifestações da CUT. No dia 28 de março, o Sindicato reuniu sindicalistas, professores e funcionários do ensino privado para discutir sobre o tema.

ASSISTÊNCIA

A realidade social em conflito com a lei

Diego Kretschmer Souza*

Estabelece a lei previdenciária que é de direito do segurado, aposentado por invalidez, um adicional de 25% nas situações de grande invalidez, casos em que o segurado necessite de uma assistência de terceiros no seu cotidiano. Geralmente este benefício é deferido para casos de graves doenças como Alzheimer, esquizofrenia, trombose, cegueira etc.

Notório o caráter assistencial que o legislador teve ao estabelecer tal adicional. No entanto, uma grande discussão se estabelece no meio jurídico quando tratamos deste assunto. Vejamos a prática, através de um simples exemplo: Se o seu João, aposentado por tempo de contribuição ou idade, for diagnosticado com Alzheimer, da forma mais agressiva, e necessitar do amparo de um terceiro, para cuidados na rotina mais básica de sua vida, evidente que se socorreria do adicional citado acima. Certo? Errado. O INSS indefere tal pedido com a justificativa de que o mesmo é devido apenas aos aposentados por invalidez.

Tal discussão é objeto de inúmeras demandas na esfera judicial. Na verdade, a essência mais simplória deste debate no meio jurídico recai quanto ao acatamento simples da norma jurídica, ou aplicar o que acreditamos ser uma das bases, como preconiza a própria Constituição Federal Brasileira em seu art. 201, I. *O atendimento da Previdência Social na cobertura de eventos como doença e invalidez.*

Em recente entendimento do desembargador Rogério Favreto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, restou estabelecido o direito ao adicional em uma aposentadoria por idade, benefício diverso do contido na lei. Algumas alegações do desembargador foram o da natureza assistencial que o adicional possui, o caráter protetivo da norma, a preservação da dignidade da pessoa humana e o descompasso da lei com a realidade social (processo nº. 0017373-51.2012.404.9999/RS).

Eis o cerne do debate, o confronto legislativo com a realidade social. Sempre acreditei, e acho que muitos pensam como eu, que a legislação deve se moldar conforme as necessidades que a sociedade impõe, e esta é a função do Judiciário. No entanto, cada vez mais magistrados apresentam decisões como uma produção qualquer de uma linha de montagem, no simples cópia e cola, visando unicamente a diminuição de suas demandas processuais em suas Varas. Porém, o mais importante desta relação segue sendo o caráter social em que o Direito Previdenciário é revestido.

Saudamos decisões como a citada acima, que, diga-se de passagem, infelizmente foi revertida no recurso seguinte. Como dito pelo escritor inglês Aldous Huxley: “Fatos não deixam de existir porque são ignorados”.

*Advogado da Apaepers, Portanova & Advogados Associados





Foto: Guilherme Santos/SU21

Ativistas impedem liberação de eucalipto

transgênico

Votação foi adiada depois que manifestantes denunciaram que a produção da OGM potencializa o consumo de água, ameaça a saúde humana e animal e até compromete a produção de mel

► Da Redação

extraclasse@sinprors.org.br

Uma vitória pequena, mesmo assim comemorada pelos ativistas que combatem a plantação de sementes transgênicas em solo brasileiro: foi interrompida, e depois adiada, a reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), instância colegiada do Ministério da Ciência e Tecnologia, realizada em 5 de março, que iria votar a liberação do eucalipto transgênico. A suspensão do encontro que deliberava sobre a liberação do plantio dessa espécie de Organismo Geneticamente Modificado (OGM) – de interesse da Biotecnologia FuturaGene, da Suzano Papel e Celulose – ocorreu devido à ação de cerca de 300 camponeses que ocuparam a sala onde

ocorria o debate, na sede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em Brasília.

Os agricultores sabiam que a liberação certamente seria aprovada, pois os contrários às sementes transgênicas são minoria. “Nós, os críticos somos apenas quatro votos, enquanto eles são 27”, revela Paulo Yoshio Kageyama, professor e pesquisador do Departamento de Ciências Florestais da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Colegiado da CTNBio. De acordo com ele, esses números podem até mostrar que a mobilização contra os transgênicos seria “uma batalha vencida”, mas “queremos mostrar e documentar que há uma proposta divergente”.



Kageyama, pesquisador da USP e membro do CTNBio: “nós, os críticos, somos minoria”

Kageyama pediu vistas aos documentos que propõem a liberação do eucalipto transgênico e aponta quatro discrepâncias a serem apresentadas por ele na próxima reunião da Comissão, que ficou marcada para 9 de abril.

Conforme o professor, a proposta é falha em muitos pontos ainda não esclarecidos. “É temeroso aprovar comercialmente algo que está envolto em tantas dúvidas”. Entre os pontos de interrogação citados por ele está o impacto sobre a utilização da água do solo. “Estão propondo uma variedade que diminui o tempo de exploração do eucalipto de sete para quatro anos e, o que é mais importante, está se reduzindo o tempo onde o consumo de água é muito maior”. O eucalipto é uma cultura que consome muita água e, segundo Kageyama, esse consumo é potencializado no caso do tipo transgênico.

Marcelo Leal, integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e membro da Via Campesina no Rio Grande do Sul, aponta que o eucalipto transgênico possui genes inseridos artificialmente que aceleram seu crescimento. Com esta tecnologia, o corte passará a ser feito em cinco anos, diminuindo em dois anos o corte de colheita. “Isso potencializa ao extremo o consumo de água do eucalipto, hoje calculado em 30 litros de água potável por dia, agravando a cri-

se hídrica nas principais bacias hidrográficas que abastecem a população brasileira”, diz Leal, que é engenheiro agrônomo, especialista em Economia Política. Devido ao alto consumo de água, o professor Kageyama solicitou que os estudos sejam apurados com mais rigor.

Em seu parecer, o professor da USP também aponta que onde o eucalipto transgênico é plantado, o mel que é retirado de plantas não transgênicas fica contaminado. “O Brasil é um grande produtor e exportador de mel, exportamos cerca de 16 mil toneladas por ano, a maior parte orgânica, extraído por pequenos produtores e de grande aceitação no mundo. Com a contaminação haverá também um grande impacto social”.

O professor afirma que, na proposta de liberação, não foi considerada a distância mínima ao redor da plantação para evitar a contaminação de outros eucaliptos não transgênicos. Enquanto a cultura que segue métodos naturais visa à produção de energia, carvão, mel e óleos, a plantação do eucalipto transgênico é voltada para a geração de celulose, “o setor mais produtivo que beneficiará uma única empresa”, compara.

A empresa que Kageyama menciona é a de Biotecnologia FuturaGene, da Suzano Papel e Celulose, na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo. No início de março, a empresa foi ocupada por mais



Leal, agrônomo da coordenação do MPA e membro da Via Campesina: “mais rigor nas pesquisas”

de mil mulheres ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina. Elas queriam denunciar o local onde ocorrem os testes com eucalipto geneticamente modificado, conhecido como H421. O pesquisador revela que a FuturaGene é certificada internacionalmente pela FSC (Forest Stewardship Council), a maior certificadora do setor florestal no mundo. “A FSC não aceita certificar área com transgênicos. Por isso, questionamos a empresa quanto a este fato”. Ele acrescenta que está em vigor uma espécie de moratória para não aprovação de árvores transgênicas no Brasil, a partir de tratados feitos na Organização das Nações Unidas (ONU). “Isto não está sendo respeitado”, denuncia.

Interesse do agronegócio



Pequenos agricultores realizaram manifestação no centro de Porto Alegre, em março

Para Marcelo Leal, a implantação de eucalipto transgênico, assim como os outros transgênicos liberados para cultivo no Brasil, atende mais aos interesses das corporações do agronegócio em abrir novos mercados e lucrar cada vez mais do que os objetivos em desenvolver a agricultura e a silvicultura brasileiras. Segundo ele, trata-se de uma medida apressada que busca dar à empresa produtora o domínio comercial, ou seja, sair na frente de suas concorrentes no setor. “Passa-se por cima de tudo, do direito do consumidor, e se ignoram os danos ambientais, econômicos e sociais de longo alcance”, aponta.

Leal também se mostra preocupado com a contaminação do mel, visto que o eucalipto é a principal fonte de néctar e pólen no Brasil. “O pólen proveniente dos eucaliptos transgênicos conterà gene



www.sinprors.org.br 

A gente está cada vez mais perto de você.
Clique e confira.





Protesto contra o uso de agrotóxicos em frente à Câmara de Vereadores do Rio

transportar o pólen do eucalipto transgênico a centenas de metros e até mesmo a quilômetros, contaminando árvores de eucalipto convencionais”, alerta.

Leal explica que os movimentos como MPA, Via Campesina e MST estão preocupados com os danos, não só ao meio ambiente, mas à saúde humana e animal. Ele

inserido artificialmente. Isso significa que o mel produzido por colmeias cujas abelhas visitem flores de eucalipto transgênico estarão contaminadas”. Ao confirmar os impactos sociais negativos apontados pelo professor Paulo Kageyama, o engenheiro agrônomo acrescenta que, atualmente, existem mais de 500 mil produtores de mel no Brasil, que é o décimo produtor mundial, com 50% de sua produção destinada à exportação.

Além do impacto negativo nas exportações, Leal cita outros problemas do eucalipto transgênico, que impede a produção de mel agroecológico e orgânico no país e provoca a contaminação genética. “As abelhas, outros insetos e o vento podem

relata que parte significativa dos riscos dos organismos transgênicos para o meio ambiente e à saúde provém de potenciais alterações não intencionais provocadas pela inserção de genes de outros organismos no DNA dessas plantas. Dentre os ‘erros’ que podem ocorrer com a transgenia estão alterações não desejadas em características biológicas/fisiológicas que podem levar à produção de moléculas que o organismo não produz em condições naturais, inclusive toxinas ou substâncias alergênicas.

“Dá para estabelecer uma relação direta com o modelo do agronegócio que produz em monocultivo, destrói as florestas, o solo e as nascentes”. Não apenas o monocultivo do eucalipto, ressalta, mas o

da soja e do milho transgênico, da cana-de-açúcar e do algodão. “O bioma Cerrado foi destruído pelo avanço do agronegócio e ele é um dos principais responsáveis pela captação de água das bacias hidrográficas que abastecem a população no Sudeste brasileiro”, ilustra.

A liberação provisória do cultivo dos transgênicos foi em 2003. Leal reitera que seu uso na agricultura traz vários riscos e impactos. “Primeiro, o Brasil perde soberania sob suas sementes, fica dependente de meia dúzia de empresas para fornecê-las. Isso coloca em risco a soberania e segurança nacional. Também há aumento do uso de agrotóxicos e o Brasil se tornou seu maior consumidor. Há resistência de inços e plantas invasoras aos herbicidas produzidos à base de glifosato, levando ao uso de agrotóxicos cada vez mais terríveis para a saúde humana e o meio ambiente, como o 2,4-D, que fica 30 anos no solo e causa má formação de fetos”.

O engenheiro considera que, por enquanto, a saída é ocupar reiteradamente as reuniões da CTNBio para impedir votações que considera lesivas ao povo brasileiro. “Salvo alguns integrantes, a CTNBio é composta por tecnocratas cooptados pelo agronegócio e pela indústria de biotecnologia”, aponta.

Na página virtual do Ministério da Ciência e Tecnologia, a única referência ao fato ocorrido em 5 de março é uma nota da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que repudia o que chama de invasão e agressão ao CTNBio. Não é dada mais nenhuma visibilidade ao assunto.

EC



FRAGA

Corrupção para todos

Já tá mais que provado: é o mercado não regulado da corrupção que gera violência, crimes, marginalização e mais e mais corrupção. Para acabar com a corrupção brasileira, bastaria tirar a corrupção da ilegalidade.

Óbvio: é na ilegalidade que está a força da corrupção. Por ser ilegal, não há como estabelecer regras para normatizar as ações corruptas, definir padrões confiáveis por baixo do pano e níveis ideais de suborno. Do jeito que tá, impera a bagunça, tudo descamba para a desordem na corrupção, como se não chegasse a desordem fora dela.

Como fazer? Baita desafio, mas o próprio crime organizado, esse soberano nacional, poderia ser um aliado para nos orientar com sua inestimável experiência na legalização da corrupção.

É uma proposta audaciosa, e deve enfrentar resistência justamente no poderoso corporativismo dos parlamentares. A maioria deles iria votar contra, claro, mas a massa pode ir às ruas e apelar por mais esse direito – a igualdade para corromper o país. Uma manifestação tão ampla que uniria, afinal, a esquerda e a direita, os governistas e a oposição, a classe média e as elites. Talvez até acabasse com a insana polarização reinante.

Pode-se antever inúmeras vantagens na legalização da corrupção. As principais:

* Acabaria com o monopólio dos políticos.

* Permitiria o livre acesso de milhões de novos corruptos. Imaginem a ascensão social, a descoberta de talentos inatos para a comissão por fora.

* Melhor distribuição da propina, já que a de renda nunca deu certo.

* Geração de empregos, com atividade profissionalizante e postos de atendimento da Agência Nacional Corruptora em todos os escalões e setores.

* Captação de impostos, oriundos do

imenso potencial corruptível. Haveria mais educação, saúde e segurança às custas dos corruptos e corruptores.

É certo que as empreiteiras reagiriam: a livre concorrência na corrupção iria ameaçar seus privilégios corruptivos. Sejam justos, porém: a indústria, o comércio, os serviços e o terceiro setor também merecem uma fatia do generoso mercado superfaturado.

Se a corrupção já tivesse sido legalizada, a situação da Petrobras seria outra: o rombo dos seus cofres não seria uma exclusividade de alguns partidos.



O verdadeiro problema não são as desculpas esfarrapadas. São as que vestem Armani.



MARCOS ROLIM*

O perigo de uma única história

Você conhece Chimamanda Ngozi Adichie? Se não conhece, permita que eu a apresente. Chimamanda (38 anos) é uma escritora nigeriana de excepcional qualidade. Seus trabalhos já receberam traduções em mais de 30 idiomas e três dos seus romances (*Americanah*, *Hibisco Roxo* e *Meio Sol Amarelo*) foram lançados no Brasil pela Companhia das Letras.

Ela foi uma das convidadas do projeto *TED ideas worth spreading*, uma iniciativa global de promoção de palestras curtas, não mais que 18 minutos, com pessoas que realmente têm algo importante a dizer. Em 2009, Chimamanda falou no TED sobre *Os perigos de uma única história*¹.

O que ela conta é que, ainda criança, lia muitas histórias britânicas e americanas. Por isso, seus textos infantis eram povoados por personagens loiras, que comiam maçãs, brincavam na neve e que se alegravam quando o sol aparecia. Assim, apesar de viver na Nigéria, um lugar onde as pessoas são quase todas negras como ela, onde se come manga e não há surpresas com o sol, os livros haviam produzido uma realidade imaginária na criança, mais forte que seu próprio mundo. Chimamanda conclui que isto demonstra o quanto somos vulneráveis a uma história.

Quando ela encontrou os primeiros romances africanos, percebeu que pessoas com a pele cor de chocolate e com cabelos que não permitiam formar rabos-de-cavalo também poderiam ser personagens literários. Os autores africanos, diz ela, a salvaram de ter uma única história sobre a literatura. Chimamanda conta que nasceu em uma família de classe média e que havia uma empregada doméstica na casa de seus pais. E também um menino de nome Fide, o filho da empregada. Só o que lhe disseram sobre Fide é que ele era muito pobre e que era preciso mandar roupas e alimentos para sua família.

Aos oito anos, Chimamanda acompanhou sua mãe em uma visita à aldeia próxima onde Fide morava. Então, a mãe do menino mostrou uma linda peça de artesanato, feita pelo irmão de Fide. O fato impressionou Chimamanda, porque ela nunca poderia imaginar que alguém em uma família tão pobre pudesse criar algo. A única história que havia ouvido a respeito deles a impedia de vê-los para além da pobreza. Aos 19 anos, ela voltou a pensar sobre isso quando foi estudar nos EUA. A colega de quarto dela, uma americana, ficou chocada quando percebeu que Chimamanda tinha um inglês perfeito e quis saber onde ela tinha aprendido. A moça ficou surpresa ao ser informada que o inglês é o idioma oficial da Nigéria. Então, perguntou se Chimamanda poderia lhe mostrar uma “música tribal”, ficando desapontada quando ela disse que

curtia Mariah Carey. A americana também presumiu que Chimamanda não saberia como usar o fogão. Antes de conhecê-la, ela sentia pena da “pobre nigeriana”, porque tinha uma única história sobre a África. Nesta única história, não havia a possibilidade de uma africana ser, em muitas coisas, bem parecida com uma americana.

A palestra é genial e espero ter despertado sua curiosidade para assisti-la. O tema se presta a uma reflexão sobre a realidade brasileira. Até que ponto não estamos todos superlotados de histórias únicas? Até que ponto a dignidade das pessoas não tem sido subtraída pela repetição insistente de estereótipos? Pensem, por exemplo, nos contenciosos políticos em curso e nos seus principais protagonistas. Quantas histórias temos de cada um deles? Quantas, além da única que nos contaram? Agora lancem um olhar sobre grupos humanos específicos como, por exemplo, os nordestinos, ou os presos, ou os homossexuais, ou os índios. Quantas são as histórias que nos foram contadas sobre eles? Não seriam as pessoas destes grupos tão diferentes entre si quanto são todas as demais não inseridas em grupo algum? Os significados que portamos a respeito destes e de outros grupos não são exatamente aqueles que nos têm sido oferecidos pela mídia? Não seria esta a forma mais efetiva e radical do exercício do poder nas sociedades contemporâneas? Regrar o mundo de acordo com o que penso dele, de tal forma que os demais imaginem que as noções que compartilham são de fato suas e não exatamente aquelas que eu produzi. Não seria este, afinal, o crime perfeito?

¹ Disponível, com legendas em português, em: http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br

* Jornalista, sociólogo e professor do IPA.

marcos@rolim.com.br | www.rolim.com.br



Ilustração: Pedro Alice



Fretamento Planalto

O melhor da viagem começa aqui.

Eventos | Excursões | City Tour | Translados | Passeios Culturais
Negócios | Turismo Receptivo | Formaturas | Feiras
Viagens Escolares | Fretamento Contínuo | Shows
Viagens Internacionais | Associações de Classe | Agências de Viagem

ENTRE EM CONTATO CONOSCO:
fretamento@planalto.com.br
planalto.com.br
(51) 3374-9743 (51) 8451-9725



DeBIRTO Sul

COMEMORAÇÃO

Dez anos de um projeto exitoso

► Por Marcos Júlio Fuhr*



Foto: Valéria Ochôa



Foto: Igor Sperotto

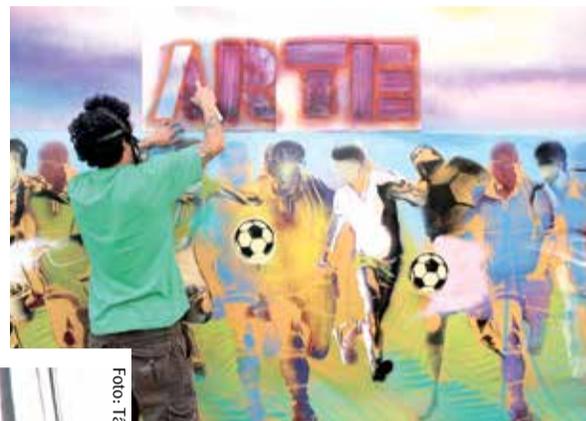


Foto: Tania Meinerz



Foto: Igor Sperotto



Foto: Tania Meinerz



Foto: Rene Cabral



Foto: Igor Sperotto



Foto: Leonardo Savaris



Foto: Tania Meinerz

Aniversário é sempre motivo de festa, seja de pessoas ou de entidades e instituições. Estas, mais ainda, quando sua trajetória se constitui de realizações reconhecidas e valorizadas para além de seus mentores e gestores.

Este é, sem dúvida, o caso da Fundação Ecarta, que no final de abril completará dez anos de atividades. Atividades regulares e continuadas dos cinco projetos instituídos, concretizando em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul uma verdadeira instituição multicultural. Nesta trajetória de uma década de atividades fruto de muito trabalho, muita criatividade e, como costuma acontecer no mundo da cultura, de poucos recursos financeiros, quase 60 mil pessoas já participaram dos mais de mil eventos da Ecarta.

É a continuidade ativa, o compromisso com a qualidade das iniciativas, somados ao reconhecimento social que transforma uma entidade em instituição, o que para nossa satisfação se confirma plenamente na realização dos objetivos da Ecarta.

Criada pelo Congresso dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Cepep) em 2003 e inaugurada em abril de 2005, a Ecarta realiza a cada evento o seu propósito de ser um degrau para a cidadania, expressão objetiva e emblemática da proposta do instituidor, o Sinpro/RS – Sindicato Cidadão.

Nestes dez anos não apenas os porto-alegrenses interessados se beneficiaram das atividades realizadas no magnífico casarão amarelo da Avenida João

Pessoa. Também no interior do estado milhares de pessoas já participaram dos eventos propostos pela Fundação, viabilizados através das parcerias que de forma incansável se busca. São as parcerias que permitem estender ao interior do Rio Grande as atividades dos projetos da Ecarta. Sua efetivação com prefeituras municipais, com o Sesc, com outras fundações e demais entes públicos e privados também constituem um atestado de reconhecimento, de seriedade de propósitos e qualidade dos projetos da Fundação.

Na realização das atividades da Galeria Ecarta, do Ecarta Musical e do Núcleo Cultural do Vinho, bem como dos dois projetos educacionais *Conversa de Professor* e *Cultura Doadora*, concretizamos em Porto Alegre e no interior do estado este projeto que é um presente dos professores do ensino privado para a sociedade gaúcha. Presente para a sociedade a quem, de forma reiterada, o instituidor pede apoio às causas dos professores Sinpro/RS.

Passados dez anos, os projetos da Fundação constituíram seus públicos em Porto Alegre e autorizam a pretensão de ampliar sua extensão ao interior do estado, pois o caráter estadual da Fundação sempre integrou o ideário de sua criação.

Este é, sem dúvidas, o desafio maior da próxima década.

*Presidente da Fundação Cultural e Assistencial Ecarta.
www.ecarta.org.br

PROGRAMAÇÃO ECARTA Abril

www.fundacaoecarta.org.br

Em Porto Alegre, as atividades acontecem na sede da Fundação (Av. João Pessoa, 943). Informações pelo fone 51. 4009.2971 e no site.

Foto: Manuel Giannoni



O uruguaio Dany Lopez, apresenta o show *Polk*

ECARTA MUSICAL

Porto Alegre – Shows quinzenais, aos sábados, às 18h, com entrada franca.

11/4, o uruguaio Dany Lopez 2015 apresenta seu último trabalho: *Polk*.

NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

Cursos e palestras com degustação. Inscrições prévias.

Porto Alegre – **9/4**, 19h30, o projeto *A arte do vinho por seus artistas* apresenta a Vinícola Peruzzo, com apresentação do engenheiro agrônomo Tauê Hamm. Inscrição: R\$ 30,00.

23/4, 19h30, *Degustação às cegas: encontre as diferenças*, proposta pelo enólogo Lisandro Neis. Inscrição: R\$ 30,00.

ANIVERSÁRIO

29/4, a partir das 19h, comemoração do aniversário de dez anos de atividades da Fundação Ecarta com uma programação especial, na sede em Porto Alegre.

CULTURA DOADORA

Atividades com o objetivo de informar e sensibilizar os professores para a abordagem em sala de aula do tema doação de órgãos e tecidos. Programação em todo o estado. Interessados devem entrar em contato pelo e-mail culturadoadora@ecarta.org.br

Porto Alegre – **11/4**, das 8h às 12h, *1º Seminário Interescolar sobre Doação de Órgãos e Tecidos*, no Auditório Madre Clara, da Escola Rainha do Brasil, em Porto Alegre. Os palestrantes serão a enfermeira da Santa Casa de Porto Alegre Isabel Dias Campos, representantes do Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul e da Fundação Ecarta, o músico King Jim – que passou por transplante e é integrante da banda Los 3 Plantados, e a atriz e pedagoga Márcia do Canto, responsável pela elaboração dos projetos para a educação infantil e anos iniciais do Cultura Doadora em sala de aula. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pelo site www.rainhadobrasil.g12.br/seminariodedoacao até o dia 6 de abril. Os participantes receberão certificado.

Fotos: Manuela Eichner



Trabalho da mostra

Visitação de terça a sexta, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

GALERIA DE ARTE

Exposições com foco na arte contemporânea. Visitação de terça a sexta, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

Porto Alegre – **Até 26/4**, mostra *Monstera Deliciosa, um desejo ambiental*, da artista Manuela Eichner. A planta *monstera deliciosa* – popularmente conhecida como Costela de Adão – fornece subsídios materiais e conceituais para as experimentações plásticas da artista. A mostra traz instalação, série fotográfica, escultura e objetos criados a partir do procedimento da *assemblage*.

QUADRINHOS

Tibica, O Defensor da Ecologia | Editora Formato, 2010

TIBICA / CANINI



RANGO / EDGAR VASQUES



"A minha professora ganha menos porque o que eu aprendo é menos importante?"

Todas as etapas do aprendizado são complementares e importantes. **Mas no ensino privado não é bem assim.** As professoras da educação infantil e anos iniciais recebem menos do que nos anos finais e no ensino médio.



Equiparação salarial na educação básica é o mais justo

Professor é professor!

Diferentes, mas iguais.

contee
Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão